

JOAQUIM RODRIGUES DE MELO NETTO

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ECOTURISMO E
TERRITORIALIDADES LOCAIS NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

JOAQUIM RODRIGUES DE MELO NETTO

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ECOTURISMO E
TERRITORIALIDADES LOCAIS NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como exigência final, para
obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento
Local – Mestrado Acadêmico- à Banca
Examinadora, sob orientação da Profª. Dra. Cleonice
Alexandre Le Bourlegat

BOLSISTA CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

Ficha catalográfica

Melo Netto, Joaquim Rodrigues de
M528g Unidade de conservação, ecoturismo e territorialidades locais na
perspectiva do desenvolvimento local / Joaquim Rodrigues de Melo Netto;
orientação, Cleonice Alexandre Le Bourlegat. 2006.
121 f. + anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo.
Grande, 2006.
Inclui bibliografias

1.Ecoturismo 2. Desenvolvimento local.3. Unidade de
conservação 4. Territorialidade.I. Le Bourlegat, Cleonice Alexandre . II. Título

CDD-338.4791

BANCA EXAMINADORA

Título do Trabalho:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ECOTURISMO E TERRITORIALIDADES LOCAIS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome do Candidato:

JOAQUIM RODRIGUES DE MELO NETTO

Dissertação de Mestrado Acadêmico elaborado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Área de Concentração: Territorialidade e Dinâmicas Sócio-Ambientais- sob a orientação da Prof^a Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat, da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Orientadora – Prof^a Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Prof. Dr. Edgar Aparecido Costa

Prof. Dr. Aparecido Francisco dos Reis

AGRADECIMENTOS

Se pudéssemos ter consciência do quanto nossa vida é efêmera, talvez pensássemos duas vezes antes de jogar fora às oportunidades que temos de ser e de fazer os outros felizes. Na elaboração deste trabalho muitas pessoas puderam me fazer feliz.

É certo que nos entristecemos por coisas pequenas e perdemos minutos e horas preciosos. Perdemos dias, às vezes anos. Nos calamus quando deveríamos falar; falamos demais quando deveríamos ficar em silêncio.

E o tempo passou...

Mas, nunca se é velho demais ou jovem demais para amar, dizer uma palavra gentil ou fazer um gesto carinhoso. Sendo assim agradeço, e guardo dentro de mim cada pessoa que muito ou pouco me amparou, dando sustentação a minha caminhada.

RESUMO

O presente trabalho é fruto de reflexão desenvolvida, com base em um estudo comparativo, a respeito de diferentes iniciativas em unidades de conservação associadas ao ecoturismo, procurando-se observar até que ponto as territorialidades construídas por regras de estratégia conservacionista, associadas à prática de serviços ecoturísticos em uma mesma propriedade, quando sobrepostos a territórios locais tradicionais favorecem o desenvolvimento local. Partiu-se da análise de três modelos contidos na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dos princípios do ecoturismo, para então analisá-los em realidades brasileiras distintas e por diferentes formas de gestão, à luz do conceito de desenvolvimento local. O estudo permitiu verificar os modelos de unidades de conservação que mais facilitam ou dificultam as conexões e coerência lógica entre as diferentes territorialidades superpostas que possam garantir a sustentabilidade sistêmica e holística dos diferentes sistemas territoriais locais.

PALAVRAS CHAVE: Ecoturismo, Desenvolvimento Local, Unidade de Conservação, Territorialidade.

ABSTRACT

The present work is produce of reflection developed, on the basis of a comparative study, as to different initiatives in units of conservation associated to the ecotourism, finding be observed to that point the territorialities built by rules of conservation strategy, associated to the practical one of service ecotouristics in a same property, when placed on top to traditional local territories favor the local development. Left of the analysis of three contained models in the law of the National System of Units of Conservation and of the beginnings of the ecotourism, so that analyze-them in distinct Brazilian realities and by different forms of management, to the light of the concept of local development. The study permitted to verify the conservation units models that more facilitate or complicate the connections and logical coherence between the different territorialities put before that can guarantee the sustainability systemic and holistic of the different local territorial systems.

KEY WORDS: Ecotourism, Local Development, Units of Conservation, Territoriality.

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 Cataratas do Iguaçu.....	38
FOTO 02 Tuiuiú.....	45
FOTO 03 Arara-azul	45
FOTO 04 Ariranha	46
FOTO 05 Onça pantaneira.....	46
FOTO 06 Tamanduá-bandeira.....	46
FOTO 07 Capivara.....	46
FOTO 08 Jacaré.....	47
FOTO 09 Pantanal do Rio Negro.....	48
FOTO 10 Vista aérea da sede da Fazenda Rio Negro no período da seca.....	49
FOTO 11 Vista aérea da Fazenda Rio Negro no período da cheia.....	49
FOTO 12 Pecuária no Pantanal (boiada).....	50
FOTO 13 Fazenda Rio Negro no início do século XX.....	51
FOTO 14 Peão boiadeiro do Pantanal.....	52
FOTO 15 Habilidade pantaneira na travessia de rio.....	53
FOTO 16 Habilidade do peão boiadeiro no laço.....	53
FOTO 17 Alegria pantaneira.....	53
FOTO 18 Paisagem vegetal na várzea do Solimões.....	57
FOTO 19 Mata da várzea na seca.....	58
FOTO 20 Paisagem característica de Mamirauá.....	59
FOTO 21 Uacari (<i>cacajao calvus calvus</i>).....	60
FOTO 22 Características da população de Mamirauá.....	62
FOTO 23 Assembléia Geral da Comunidade.....	62
FOTO 24 Balsa Flutuante.....	63
FOTO 25 Casa tipo palafita.....	63
FOTO 26 Pesca do pirarucu.....	64
FOTO 27 Preparo do pescado.....	64
FOTO 28 Horta suspensa dos moradores de Mamirauá.....	64
FOTO 29 Curral flutuante (maromba) em Mamirauá.....	65

FOTO 30 Preparo da mandioca para farinha.....	65
FOTO 31 Preparo da farinha de mandioca.....	66
FOTO 32 Extração de madeira.....	66
FOTO 33 Sede administrativa do IBAMA.....	73
FOTO 34 Posto do Batalhão de Polícia Florestal.....	73
FOTO 35 Situação da Estrada do Colono.....	78
FOTO 36 Hotel Tropical Cataratas.....	79
FOTO 37 Centro de Visitantes do Parque.....	81
FOTO 38 Restaurante Porto Canoas.....	82
FOTO 39 Ônibus para circulação interna no parque.....	82
FOTO 40 Escola Parque.....	83
FOTO 41 Vista aérea da sede da Fazenda Rio Negro.....	90
FOTO 42 Casa original da Sede da Fazenda.....	91
FOTO 43 Um dos quartos da casa sede.....	91
FOTO 44 Casa de Hóspedes.....	92
FOTO 45 Acomodações em apartamento.....	92
FOTO 46 Acomodações em <i>suíte</i>	92
FOTO 47 Casa dos Pesquisadores.....	93
FOTO 48 Refeitório.....	93
FOTO 49 Pesquisa realizada na fazenda.....	95
FOTO 50 Trilha para ecoturistas.....	96
FOTO 51 Cavalgada na fazenda.....	96
FOTO 52 Passeio de barco no Rio Negro.....	96
FOTO 53 Pescaria no Rio Negro.....	96
FOTO 54 Passeio de jipe (terrestre).....	97
FOTO 55 Passeio de jipe (aquático).....	97
FOTO 56 Sede administrativa do IDSM na cidade de Tefé.....	105
FOTO 57 Base de pesquisa flutuante em Mamirauá.....	106
FOTO 58 Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica.....	107
FOTO 59 Vista aérea da pousada flutuante.....	108
FOTO 60 <i>Suíte</i> da Pousada Uacari.....	108
FOTO 61 Unidade da Pousada Uacari.....	108
FOTO 62 Passarela da Pousada Uacari.....	109
FOTO 63 Alojamentos da pousada.....	109

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 Localização do Parque Nacional do Iguaçu.....	36
MAPA 02 Municípios integrantes e limítrofes do PNI.....	37
MAPA 03 Zonas de Fragilidade Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu.....	39
MAPA 04 Localização da Fazenda Rio Negro.....	43
MAPA 05 Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.....	55
MAPA 06 Ambiente fluvial da RDS Mamirauá.....	57
MAPA 07 Zoneamento do PNI.....	72
MAPA 08 Estrada (caminho) do Colono.....	75
MAPA 09 Perímetro do Parque Natural Regional do Pantanal	87
MAPA 10 Setores Políticos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.....	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAGEMAM - Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo de Mamirauá
ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental
AIPOPEC - Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono
APPAN - Associação das Pousadas Pantaneiras
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
CE – Comissão Européia
CI – Conservação Internacional
CIEAC - Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CIRAD - Centre International de Recherche en Agriculture pour le Développement
CRI Pantanal - Centro de Pesquisa de Conservação do Pantanal
DFID – Departamento para o Desenvolvimento Internacional
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
ITR - Imposto Territorial Rural
IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
NOA - Núcleo de Operações Aéreas
ONG – Organização Não Governamental
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAE - Plano de Ação Emergencial
PIC – Posto de Informação e Controle
PNI – Parque Nacional do Iguaçu
PNRP - Parque Natural Regional da França
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUP - Plano de Uso Público
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDEHVEA - Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VITPAN – Vitelo Pantaneiro

WCS – Sociedade Mundial para Conservação

ZAP - Zona de Assentamento Permanente

ZME - Zona de Manejo Especial

ZUS - Zona de Uso Sustentável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I - SUPERPOSIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE.....	18
1. 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	18
1.1.1 Território: apropriação e propriedade.....	18
1.1.2 Territorialidade (s) no mesmo plano de superfície	20
1.1.3 Manifestação da territorialidade no plano vertical do mundo em rede.....	21
1.2 TERRITORIALIDADE E AS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE.....	21
1.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COMO UM FENÔMENO SISTÊMICO.....	22
1.3.1 Complexidade sistêmica do mundo.....	22
1.3.2 As incertezas da realidade complexa.....	23
1.3.3 Papel da subjetividade social no desenvolvimento do sistema territorial.....	23
1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO TERRITORIAL.....	23
1.5 COMPLEXIDADE LOCAL: SUPERPOSIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA MESMA PROPRIEDADE JURÍDICA.....	25
1.5.1 Territorialidade institucional: a unidade de conservação.....	25
1.5.2 Territorialidade econômica: receptivo ecoturístico.....	28
CAPÍTULO II – TERRITORIALIDADE CONSTRUÍDA NO COTIDIANO VIVIDO DA PROPRIEDADE.....	34
2.1 TERRITORIALIDADES NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇÚ.....	35
2.1.1 Localização do parque.....	35
2.1.2 Ambiente natural do Parque	37
2.1.2 Territorialidade tradicional da área do Parque.....	40
2.2 RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL FAZENDA RIO NEGRO.....	42
2.2.1 Localização da Fazenda Rio Negro.....	42
2.2.2 Ambiente do Pantanal.....	43
2.2.3 Territorialidade tradicional do Pantanal da Nhecolândia	50

2.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ.....	55
2.3.1 O Ambiente da Amazônia e de várzeas em Mamirauá.....	55
2.3.2 Territorialidade tradicional da RDS Mamirauá.....	61
CAPÍTULO III - COMPLEXIDADE E GESTÃO TERRITORIAL NA	
PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE LOCAL.....	68
3.1 GESTÃO TERRITORIAL DO PARQUE NACIONAL DE IGUAÇU.....	68
3.1.1 Criação e regras de normatização do Parque Nacional do Iguaçu.....	68
3.1.2 Desterritorialização da coletividade agrícola local pela desapropriação ..	75
3.1.3 Territorialidade dos serviços das empresas privadas dentro do parque....	79
3.2 GESTÃO TERRITORIAL NA FAZENDA RIO NEGRO.....	84
3.2.1 A RPPN.....	84
3.2.2. Criação e regras de normatização da RPPN da Fazenda Rio Negro.....	86
3.2.3 Estrutura de gestão da RPPN da Fazenda Rio Negro.....	91
3.2.4 Territorialidade da Pesquisa programada.....	94
3.2.5 Atividade turística na Fazenda Rio Negro: nova territorialidade	
econômica.....	96
3.2.6 Desterritorialização do sistema de vida anterior da comunidade local....	99
3.3 GESTÃO TERRITORIAL DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO	
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ.....	99
3.3.1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....	99
3.3.2 A origem da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.....	101
3.3.3 Estrutura de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável	
Mamirauá.....	101
3.4 COMPLEXIDADE TERRITORIAL HARMONIZADA PELA	
COORDENAÇÃO INTEGRADA DAS AÇÕES.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de reflexão desenvolvida, com base em um estudo comparativo, a respeito de diferentes iniciativas em unidades de conservação associadas ao ecoturismo, no Brasil.

O objeto da pesquisa constou de três modelos de unidade de conservação (Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, e Parque Nacional), em diferentes ambientes naturais do país (Amazônia, Pantanal, Mata do Rio Paraná) sob a gestão de diferentes agentes (Estado, ONG internacional, empresa privada). São elas: a RDS de Mamirauá na Amazônia, a RPPN Fazenda Rio Negro no Pantanal e o Parque Nacional- PARNA de Foz do Iguaçu na Mata do Rio Paraná.

Parte-se nessa pesquisa de três pressupostos. O primeiro pressuposto é o de que a implantação e implementação de uma unidade de conservação, tendo em vista o que propõe a lei e o decreto que cria e regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no Brasil, quando se opta pelo ecoturismo supõe, pelo menos, a superposição de três formas de territorialidade: (1) a territorialidade que expressa a construção histórica e social do lugar; (2) a territorialidade institucional de estratégia conservacionista adotada sob forma de unidade de conservação; (3) a territorialidade de manifestação das relações vinculadas ao ecoturismo. Cada uma delas é dotada de forma-conteúdo e regras próprias, com intencionalidades próprias e constitui um campo específico de forças sociais. O segundo pressuposto é o de que a intenção comum dos atores que se envolvem na trama de relações de cada território e que constitui o elo entre as três formas de territorialidade é o desenvolvimento sustentável, condição indispensável para garantir a reprodução das três modalidades territoriais. Por fim o pressuposto é o de que os três territórios são construídos com base em um mesmo substrato físico de referência (o ambiente natural), exigente do mesmo princípio que rege sua estrutura e funcionamento para a manutenção de seu equilíbrio dinâmico.

A grande questão que norteia essa pesquisa, levando-se em conta os três pressupostos colocados, é até que ponto as regras de estratégia conservacionista inerentes à unidade de conservação ambiental, de um lado, e as ações propostas e efetivamente

implementadas pelos agentes da atividade ecoturística, de outro, voltam-se para a interação e sustentabilidade de todos os territórios envolvidos em um mesmo ambiente natural? Em outras palavras, até que ponto as atuais propostas de governo e as ações conservacionistas implementadas com a promoção do turismo estão de fato pressupondo o efetivo desenvolvimento sustentável, visto no ângulo do desenvolvimento local?

O objetivo geral do trabalho, portanto, foi eleger no Brasil três diferentes situações de iniciativas de ecoturismo em unidades de conservação, levando-se em conta o tipo de ambiente natural, o modelo adotado de unidade de conservação e do agente de gestão engajado, correlacionando a estrutura e funcionamento do ambiente natural que serve de substrato a essas iniciativas e a territorialidade das sociedades tradicionais, com as regras pré-estabelecidas pelo Estado e as proposições do agente de gestão.

A metodologia do trabalho de pesquisa constou de três procedimentos básicos, não obrigatoriamente sucessivos: (1) a análise dos princípios que embasam as propostas conservacionistas e dos dispositivos legais que instituíram no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quais sejam a lei 9985/2000 e o decreto 4.340/ 2002, que emergiram no contexto dos movimentos ambientalistas das últimas décadas e deu origem aos diferentes territórios institucionais de conservação no Brasil, à luz da abordagem do desenvolvimento local; (2) a busca nas diferentes concepções teóricas de “ecoturismo” dos fundamentos de estrutura-funcionamento no atual contexto do mercado turístico que justificam a adoção dessa prática nas unidades de conservação; (3) a caracterização das diferentes situações eleitas como objeto de pesquisa, do ponto do ambiente natural e da forma de territorialidade construída pela sociedade local, assim como da territorialidade da unidade de conservação adotada e do agente de gestão responsável; (4) reflexão com base nas teorias do desenvolvimento local, sobre o conteúdo das proposições e ações realizadas pelo agente gestor, em termos de organização das relações e estrutura de funcionamento da prática do ecoturismo e da unidade de conservação, correlacionando-as com a prática vivida e a lógica de sustentabilidade do território construído pela sociedade local.

Os resultados desses procedimentos, vistos nas particularidades dos diferentes sistemas territoriais foram afinados aos conceitos de territorialidade e desenvolvimento sustentável e à luz do desenvolvimento local, para melhor compreender as possíveis interações dos territórios envolvidos em um mesmo substrato físico de referência (a propriedade jurídica) e os níveis de coerência que possibilitem certa regularidade na ordem interativa do sistema como um todo.

A originalidade desse trabalho vem exatamente da reflexão da correlação buscada entre a teoria de sustentabilidade e desenvolvimento local e os modelos propostos de unidade de conservação e a realidade desses modelos implantados nos respectivos ambientes naturais e seus correspondentes contextos territoriais. Enquanto resultado da pesquisa, espera-se colocar em evidência as potencialidades e dificuldades possíveis encontradas na escolha e implantação desses modelos e que elas possam servir de apoio às práticas de política pública de sustentabilidade ambiental brasileira.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro buscou-se trabalhar o campo teórico que possibilitou trazer à tona categorias conceituais como território, territorialidade, sustentabilidade, desenvolvimento local, turismo, todos numa abordagem sistêmica, de modo a poder melhor compreender as unidades de conservação como território que se superpõe a novas territorialidades em uma mesma propriedade e as possíveis perspectivas de sustentabilidade. No segundo explanou-se, com apoio de documentação bibliográfica, cartográfica e visual, apresentar a estrutura e dinâmica da territorialidade construída socialmente na propriedade e as características do ambiente natural que serviu de substrato de referência aos três modelos de unidade de conservação eleitos para este estudo. No último capítulo observou-se os princípios de gestão adotados, bem como as possíveis formas de conectividade, convivência ou conflito entre as diversas territorialidades implantadas e dessas com a territorialidade social construída historicamente no lugar.

CAPÍTULO I

SUPERPOSIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE.

No mundo atual em rede, um mesmo plano de superfície pode conter vários campos interativos da sociedade, cada um deles operando com uma intencionalidade específica (LE BOURLEGAT, 2004). Cada uma dessas redes de interação constitui uma totalidade, originária da combinação de diversas variáveis convergentes e que atua com regras próprias (Idem, 2004).

1. 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

1.1.1 Território: apropriação e propriedade

O local expressa a existência objetiva da unidade de interação, fruto da combinação de variáveis que convergem da dimensão física, biológica e social, em um dado plano da superfície do globo terrestre (IDEM, IBIDEM). O território, por seu turno, manifesta a existência objetiva da unidade de interação dos sistemas vivos. Na dimensão social, objeto de interesse desse trabalho, o termo “território” surgiu na Antiguidade entre os romanos, supondo a parcela de terra identificada e apropriada por um grupo, comunidade ou sociedade (LE BOURLEGAT, 2004).

1.1.1.1 A apropriação

A idéia de apropriação, tão bem trabalhada por Lefebvre (1991), originada da antropologia marxista, implica no uso das relações sociais para adaptar as coisas disponíveis,

a partir de suas potencialidades, e transformá-las, dotando-as de uso e fim social específico. A adaptação supõe sempre uma ação sobre o objeto ou objetos no local de existência e resulta em obras materiais e imateriais, denotando uma dada capacidade e poder do grupo social em realizá-la (SERFATY-GARZON, 2003). Essa capacidade e poder nascem do conhecimento acumulado (interiorização de saberes) sobre tais coisas e de como transformá-las, como também da ordem estabelecida dentro do grupo para tal fim (IDEM, 2003). Assim, a apropriação revela uma forma de saber e controle sobre as coisas, como também uma idéia de poder do grupo. O território, segundo Souza (1995, p. 97) é “definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. O poder emerge exatamente desse campo de forças, estabelecido pela rede de relações sociais, os saberes acumulados e a capacidade organizativa, com base nas quais se age e se projeta às ações no cotidiano.

A complexidade interna dessas relações define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros (SOUZA, 1995 p. 97). Na definição das fronteiras e limites, o grupo distingue o que é *inside* e *outside*, ou seja, o que é interno e o que é externo ao lugar. Esses dois mundos conjugam a realidade do lugar, e neles se contempla as potencialidades e ameaças à operacionalização das intenções de cada projeção coletiva. (NOGUEIRA, 2004).

A apropriação supõe, do ponto de vista material, as obras humanas e organização interna na disposição das coisas, e do ponto de vista imaterial, uma ordem política, cultural (valores e crenças), como também a manifestação de sentimento de lugar (LE BOURLEGAT, 2004 b).

A comunidade emoldura o território com o sentimento de pertença, que nasce do cotidiano vivido entre pessoas que se encontram corporeamente, dividindo concomitantemente hábitos, história e sentimentos. Resulta no sentimento de identidade e de lugar, e que lhes atribui o sentido de distinção entre as outras coletividades. Para Le Bourlegat (2004b, p.2),

O sentimento de lugar possibilita a criação de um vínculo cultural entre os integrantes do mesmo espaço de vivência, tais como os mesmos hábitos, mesma história e mesmos sentimentos (religiosos, étnicos ou raciais). Através do sentimento de lugar, a identidade aflora como “alteridade” (diferença entre nós e os outros), dotando o ser de personalidade na comunicação com outros seres.

O território, em suma, como se pode depreender dessas assertivas, emerge da relação de apropriação de determinado plano da superfície terrestre, por um grupo social,

explorando suas potencialidades para uma dada finalidade, gerando uma ordem política, cultural, econômica e social. Nesse sentido, todo território é de fato, um sistema territorial e supõe uma dada ordem interna expressa nas diferentes dimensões da existência.

1.1.1.2 A propriedade

A apropriação territorial pode ocorrer apenas pelo ato da intervenção humana em uma dada superfície, resultando em obras materiais e imateriais, como também pode envolver a posse da coisa apropriada (SERFATY-GARZON, 2003).

Para a autora, a noção de “propriedade” nasce desse ato de posse da coisa apropriada e constitui uma dimensão importante da apropriação. A propriedade atribui um sentido de legitimidade à apropriação, não exatamente pela existência de um título legal atestando tal posse (propriedade jurídica), mas principalmente pela intervenção judicosa do sujeito sobre tal objeto apropriado.

Nesse caso, a propriedade manifesta-se muito mais como um sentimento moral, psicológico e afetivo em relação à coisa apropriada. Para Serfaty-Garzon (2003), o sentimento de propriedade aparece independente da propriedade jurídica e pode até se superpor a essa última, sem constituir necessariamente um pré-requisito ou uma consequência dela. O sentido da posse, ou seja, da propriedade, segundo a autora, é o de adaptar a coisa para si, transformando tal coisa em um suporte e extensão de manifestação de si mesmo. Ela faz parte da intenção da construção do sujeito, ou seja, de sua identificação no mundo.

1.1.2 Territorialidade (s) no mesmo plano de superfície

A territorialidade é a manifestação da forma de apropriação territorial de cada grupo, em acordo com a intenção do relacionamento social. Para Souza (1995), ela nasce das relações de poder de um dado grupo social, em um dado substrato referencial do planeta. E ela se dá no mundo material e imaterial. No plano material seriam as obras construídas em termos de coisas concretas e visíveis e a ordem estabelecida entre elas. No mundo imaterial seria a manifestação das ações, comportamentos, saberes, regras, valores e crenças.

Assim, a territorialidade pode ser abordada, tanto pelo que se encontra de forma objetiva no território, como de maneira subjetiva na consciência da coletividade, inclusive a de fazer parte e integrar o território. (ANDRADE, 1994, p. 57)

A territorialidade manifesta-se sob forma da existência comum de uma coletividade em um mesmo lugar ou a partir de lugares conectados em rede e são constituídas pelos elos entre diversos atores sociais com atribuições distintas (SANTOS, 1994).

No atual mundo globalizado, podem se manifestar no mesmo plano da superfície terrestre a complexidade constituída de diversas unidades de rede, ou territorialidades, cada uma regida por um dado modelo, constituído de regras e intenções específicas (SOUZA, 1995). Para esse autor, cada prática social, induzida por um sistema de ações sociais, resulta em uma forma de territorialidade que corresponde, por seu turno, em uma forma específica de rede.

A superposição de diferentes redes, ou seja, de territorialidades, com intencionalidades distintas, na mesma superfície de referência. Nesse caso, elas podem coexistir, interagir ou se conflitar (HARVEY, 1993).

1.1.3 Manifestação da territorialidade no plano vertical do mundo em rede

Cada unidade em rede, expressão de uma dada territorialidade, em realidade, tende a se estruturar em escalas da superfície terrestre, cada vez mais abrangentes (SANTOS, 1994). No caso de união vertical, caráter hierárquico pode prevalecer e nesse caso, pontos distantes de controle, podem estimular a competitividade e depreciar as condições sociais alicerçadas na equidade (IDEM, 1994). Já, as uniões horizontais compartilham espaços e autoridades, dispensando divisões de comando, e trabalhando de forma cooperativa, normatizado a fim de que todos os envolvidos se beneficiem em um conjunto de ações que permeiem uma vizinhança solidária.

1.2 TERRITORIALIDADE E AS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Partindo-se do princípio que a territorialidade manifesta uma dada ordem do sistema nele construído, a sustentabilidade territorial vai depender exatamente da coerência no estabelecimento dessa ordem interativa, tanto de natureza interna como externa (LE BOURLEGAT, 2004). Dessa coerência vai depender, segundo a autora, as condições favoráveis de manutenção da vida social que anima tal território.

Nessa relação interativa de fluxos, segundo ela, o sistema depende de uma lógica de coerência entre o que entra e o que sai, tanto do ponto de vista material como imaterial e,

nesse processo, o balizamento do que consegue assimilar e reservar para manter a ordem interna estabelecida.

Assim a sustentabilidade pode ser apreciada nas várias dimensões do sistema territorial. Sachs (1993) apontou a sustentabilidade em cinco dimensões, com a lógica da coerência a ser estabelecida em cada uma delas: (01) social – baseada na lógica da equidade na distribuição de renda e no atendimento a todo o espectro de necessidades humanas (materiais e imateriais); (02) econômica – cuja lógica se baseia na coerência das trocas comerciais estabelecidas entre o território local e o ambiente externo e nos avanços do conhecimento externo em ciência e tecnologia; (03) do ambiente natural- com base na autolimitação do consumo material por parte dos seres humanos, substituindo recursos não renováveis por recursos renováveis e intensificando o uso de tecnologias que façam uso de modo mais eficiente dos recursos existentes; (04) espacial – baseada na coerência da distribuição entre assentamentos humanos, atividades econômicas e reservas naturais; (05) cultural – com base na identificação das raízes culturais locais e valorização da pluralidade cultural nas soluções particulares de cada local.

1.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COMO UM FENÔMENO SISTÊMICO

O desenvolvimento, visto como uma forma de superação dos problemas relacionados à complexidade do sistema territorial, na busca da lógica coerente para garantir sua sustentabilidade, necessita de uma abordagem sistêmica.

1.3.1 Complexidade sistêmica do mundo

Essa afirmação é corroborada por vários estudiosos da abordagem sistêmica no mundo atual e que reconhecem o fenômeno da complexidade, em função da coexistência de uma multiplicidade de sistemas territoriais em um mesmo plano da superfície terrestre.

François (2000), ao comparar a complexidade sistêmica do mundo atual com o sistema neuronal do cérebro humano, afirma que as propriedades da globalização emergem das interações dessas diferentes ordens estabelecidas nas várias dimensões da vida humana (ecológica, econômica, social, política, cultural). O autor lembra que em nível local, entretanto, podem existir mega-sistemas complexos auto-construídos e, portanto, com relativa coordenação interna, como também vários sistemas mais simples que coexistem, mas não se interconectam, ou seja, não se comunicam entre si.

1.3.2 As incertezas da realidade complexa

Murray Gell-Mann, Prêmio Nobel da Física, citado por Boisier (2002, p.20)), teria afirmado que a complexidade pode ser entendida como a “dificuldade para identificar regularidades em um sistema”. Assim, o sistema, de fato, é regido pela lei das incertezas, das possibilidades. E o sistema-mundo, diante da sociedade em rede, conhece atualmente a preponderância da lei das incertezas. Em nível local, os diferentes sistemas territoriais desconectados também podem gerar um ambiente de incertezas, com base no modelo de dinâmica estabelecida entre si e com o mundo. Nesse caso, torna-se um fenômeno complexo, uma vez que se desconhece regularidade de regras e comportamentos que sejam comuns. E isso seria possível de ocorrer mediante articulações entre tais territórios.

1.3.3 Papel da subjetividade social no desenvolvimento do sistema territorial

Guell (1998), desde 1998 afirmava no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre a importância da subjetividade social na manutenção da coerência das relações sociais e econômicas de um território. Para o autor a subjetividade era entendida como o tecido de percepções compartilhadas coletivamente (aspirações, memórias, saberes e sentimentos) que impulsionam e dão o sentido para a manutenção da rede interativa manifestada como territorialidade. E nesse caso, de diferentes sistemas ou territorialidades superpostas e desconectadas em um mesmo lugar, a estratégia de conexão poderia se dar através do estímulo à criação de cenários comuns de futuro sonhados pelos atores que compõem os distintos territórios. Nesse caso, conforme alerta Guell (1998), os atores confiam mais nos cenários projetados que possam dar garantias, certezas e sentido para suas vidas cotidianas.

Boisier (2002) prefere falar em uma abordagem nova de desenvolvimento sistêmico que chama de “societal”, buscado de uma forma construtivista e endógena, em um contexto territorial que facilite a potenciação do ser humano e que depende da auto-confiança coletiva para criar e mobilizar recursos, atuando de forma cooperativa para esse fim.

1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO TERRITORIAL

O desenvolvimento local, conforme aponta Ávila (2000), deve ser visto como uma oportunidade de melhoria, aproveitamento de potencialidades que possam emergir do

local e na congregação de esforços endógenos que o caracteriza, em um verdadeiro des¹-en²-volver³, ou seja, sair do invólucro. O invólucro coletivo poderia ser aqui interpretado como o mundo da subjetividade social, vista em termos de regras, valores, saberes e comportamentos construídos ao longo da história local. Sair dele seria interpretado como uma forma de se abrir a novas possibilidades que venham garantir a manutenção do sistema territorial. E a estratégia se dá por meio de um aprofundamento das conexões entre os atores que usufruem da mesma superfície terrestre de referência, aspirando um cenário futuro em comum. Para Ávila et al (2000, p.68) o núcleo conceitual de desenvolvimento local consiste, portanto:

... no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seus status de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação de seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

O conceito revela a importância da dimensão intangível e subjetiva do território local, para uma coletividade que consegue se identificar e se emponderar como unidade social. Isso ocorre quando os diferentes atores conseguem vislumbrar um futuro comum, e criar um esforço coletivo no sentido de incrementar a cultura da solidariedade e ampliar os saberes, com apoio de agentes internos e externos. Por meio desse processo que envolve fluxos internos e externos ao sistema, a coletividade local pode se tornar protagonista de seu próprio destino, na medida em que consegue ser dotada de novas capacidades, competências e habilidades (saberes) e, conseqüentemente de uma organização interna que lhe possibilite maior autonomia para decidir, agenciar e gerenciar para si as novas transformações territoriais, garantindo-lhe maior sustentabilidade ao novo modelo de existência no sistema-mundo.

Nessa relação interativa de fluxos (internos e externos), a lógica da coerência na sustentabilidade local vai depender ainda do maior balizamento entre o que entra e o que sai

¹ Ação contrária, tirar, reverter.

² Dentro

³ Voltar-se

do sistema social, tanto do ponto de vista material como imaterial e, nesse processo, o que consegue assimilar (metabolizar) e reservar para manter a ordem interna estabelecida para garantir o futuro aspirado coletivamente. Nesse processo, a coletividade se reapropria dos recursos disponíveis para adaptá-los a um novo modelo de existência coletiva e, portanto ampliam seu poder de autonomia.

1.5 COMPLEXIDADE LOCAL: SUPERPOSIÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA MESMA PROPRIEDADE JURÍDICA

A preocupação que norteia o presente estudo, como se apontou desde o início, é entender a complexidade inerente às unidades de conservação implementadas no Brasil que se abriram ao ecoturismo, assim como as possíveis conexões existentes entre as diferentes formas de territorialidade ali instaladas e suas lógicas específicas de coerência sistêmica com a territorialidade construída historicamente pelas coletividades locais.

O fato que chama atenção nesse tipo de análise é a superposição em uma mesma propriedade, de territorialidades que nascem de diferentes intencionalidades (reprodução da vida humana, desenvolvimento de uma atividade econômica e conservação da natureza), propostas por diferentes atores (Estado, empresa, terceiro setor e coletividade local) e por formas diferenciadas de iniciativas (de dentro para fora e de fora para dentro).

Nesse caso, passam a se superpor em uma mesma propriedade jurídica (unidade rural), três naturezas de territorialidade: a institucionalizada pelo Estado, a construída como atividade empresarial (atendimento a ecoturistas), ambas se superpondo à territorialidade historicamente construída no lugar por laços sociais. As duas primeiras expressam-se em uma das dimensões da realidade vivida na propriedade (uma institucional e outra econômica) e nascem de ações decididas de fora para dentro da propriedade, enquanto a terceira manifesta-se como realidade multidimensional de origem endógena.

1.5.1 Territorialidade institucional: a unidade de conservação

O modelo territorial de unidade de conservação proposto não emergiu de um processo de construção social da propriedade e sim de uma idealização criada pelo Estado Nacional. A intencionalidade foi estratégica, visando a conservação do ambiente nacional e a proposta veio de forma institucionalizada, de cima para baixo. A lógica que dá coerência a esse projeto baseia-se em valores, crenças e um conjunto de regras de manutenção que foram

construídas na dimensão política e na escala nacional do território. A viabilização desse modelo obtém-se por ações planejadas e monitoradas pelo Estado. O sucesso de implantação desse modelo e de obediência às regras a ele atinentes depende, em última instância, do engajamento dos atores envolvidos nessa ação de coordenação da política nacional.

O modelo de unidade de conservação foi instituído pela lei Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 (ver na íntegra em anexo), que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nela, as Unidades de Conservação são definidas como um espaço territorial e seus recursos ambientais. O objetivo é de conservação do ambiente apenas natural e cada unidade precisa definir dentro da propriedade os limites da área de conservação, que fica sob regime especial de administração, ao qual se aplicam as regras propostas de proteção pelo Estado.

É um sistema federalizado, o que significa que as categorias de unidades propostas podem ser criadas nas três instâncias do governo (federal, estadual e municipal).

Com relação às coletividades locais, o Estado tem como objetivo apenas incentivar sua participação nesse processo, provendo-a das condições que lhes forem necessárias para esse fim. E no caso das populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização desses recursos, criar meios de subsistência alternativos ou indenizá-los pela perda dos mesmos.

A implantação de uma unidade de conservação exige previamente estudos técnicos e consulta pública sobre a localização, a dimensão e os limites mais adequados para o modelo de categoria proposto.

As unidades de conservação são subdivididas em dois grupos, um que inclui as Unidades de Proteção Integral, e outro que engloba as Unidades de Uso Sustentável. O objetivo do primeiro grupo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos, salvo casos previstos em lei. No segundo caso, a proposta é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos existentes.

Do primeiro grupo fazem parte 05 categorias: (01) estação ecológica; (02) reserva biológica; (03) parque nacional; (04) monumento nacional; (05) refúgio de vida silvestre.

No segundo grupo foram criadas 07 categorias: (01) área de proteção ambiental; (02) área de relevante interesse ecológico; (03) floresta nacional; (04) reserva extrativista; (05) reserva de fauna; (06) reserva de desenvolvimento sustentável; (07) reserva particular do patrimônio natural.

Este trabalho aborda apenas três categorias de unidades de conservação, uma do primeiro grupo (parque nacional) e duas do segundo grupo (reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural).

1.5.1.1 O Parque Nacional

Segundo o artigo 11 da lei, o “Parque Nacional” tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Nesse caso, a propriedade jurídica deve ser do Estado e, portanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, como também às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e aquelas previstas em regulamento.

A pesquisa científica só ocorre mediante autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições estabelecidas em regulamentos.

1.5.1.2 Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Reserva de Desenvolvimento Sustentável é considerada na lei, uma área natural que abriga populações tradicionais, quando as mesmas têm sua existência tradicionalmente baseada em uma forma sustentável de exploração dos recursos naturais, com práticas adaptadas às condições ecológicas locais e que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Nesse caso, o objetivo da unidade passa a ser o de preservar a natureza, mas ao mesmo tempo, de assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais. Também se busca valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

Esse tipo de unidade só pode ser criada em propriedade jurídica do Estado, implicando na desapropriação de possíveis áreas particulares incluídas em seus limites. Ela se preocupa em garantir um equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação.

Seu uso também se faz segundo regulamento específico. Ela deve ser gerida por um Conselho Deliberativo constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

A visitação pública é permitida e incentivada, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. Também é incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, como também àquela que se volte à busca da melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental. Mas ela só ocorre sob prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, submetendo-se às condições e restrições estabelecidas pelo mesmo e às normas previstas em regulamento.

A exploração dos recursos naturais desse meio é permitida, desde que apresente um regime de manejo sustentável. Também pode haver áreas cultivadas em áreas previamente zoneadas para esse fim, previstas no Plano de Manejo, desde que respeite as limitações legais.

O referido Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Deliberativo da reserva, prevê um zoneamento com as zonas de proteção integral, de uso sustentável, de amortecimento e os corredores ecológicos.

1.5.1.3 Reserva Particular do Patrimônio Natural

A grande diferença dessa unidade em relação às outras duas anteriores, é que ela pode ser criada em área privada, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, desde que haja interesse público para esse fim.

Nesse caso, é preciso prever em regulamento: a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

1.5.2 Territorialidade econômica: receptivo ecoturístico

A adaptação da mesma propriedade jurídica para receber ecoturistas faz parte da recomendação da lei de SNUC para as três categorias apresentadas acima. A construção das obras de infra-estrutura e das redes de relações relacionadas a essa atividade econômica nasce para atender em princípio interesses específicos da própria unidade de conservação.

O impacto positivo da atividade turística reside no fato de que, a partir da força do interesse turístico, podem ser gerados recursos e ações efetivas para a proteção dos recursos naturais. Essas ações poderão ser efetivadas por meio de projetos e empreendimentos ecoturísticos. (FERRETTI, 2002 p.50)

O ecoturismo é um termo polissêmico, mas preferiu-se aqui utilizar a definição acatada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), vista em dois momentos. Desse modo se pode apreciar a mudança de interpretação e de valores que ocorre também em relação ao Estado e que repercute nas políticas públicas e na territorialidade institucionalizada de forma indireta, como é o caso do ecoturismo em unidades de conservação.

Em 1992, a visão do órgão era voltada apenas para a conservação da natureza:

(1) É o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística ao meio-ambiente, harmonizando as ações com a natureza bem como oferecendo ao turista um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, contribuindo para a formação de uma consciência ecológica (EMBRATUR, 1992).

Mas em 2005, percebe-se que a abordagem ficou mais ampla, incluindo a cultura e as características sociais das comunidades locais:

É a atividade turística praticada em áreas naturais conservadas, cujo interesse é o contato com os elementos da natureza e com a cultura local, em estado original, constituindo-se como principais atrativos a fauna, a flora, os recursos hídricos, os acidentes geomorfológicos e as belezas cênicas, bem como as características socioculturais das comunidades locais (EMBRATUR, s.d., 2005).

No caso desse tipo de prática, o cenário é o ambiente natural, podendo ser compartilhado pela cultura de populações nativas. Estas práticas não podem ser receptoras de demanda massiva, fato que eleva o dispêndio monetário do turista que se utiliza desse nicho de mercado. Molina (2001, p.160) apresenta o modelo como sendo:

Um modelo integral que tem lugar em espaços naturais, principalmente nos protegidos, e que são visitados por turistas com motivações específicas, relacionadas ao funcionamento de ecossistemas, em termos de atividades e temáticas ligadas ao aprendizado e desenvolvimento pessoal. Necessita de empresas que contem com um pessoal altamente especializado, conhecedores das dinâmicas dos ecossistemas e das funções que desempenham na evolução das comunidades com as quais se relacionam. Essas empresas e seus empregados operam com um abundante mercado de informação. Não estão dirigidas à captação e manejo de mercados massivos

1.5.2.1 O contato entre os atores das diferentes territorialidades

Os bens e serviços de atendimento ecoturístico são colocados num circuito em rede, que envolve fluxos de população de áreas externas e muitas vezes de outros países, portanto com culturas distintas daquela presente na propriedade em que foi criada a unidade de conservação. Esse tipo de atividade envolve, portanto, o encontro entre pessoas de culturas diferentes. Já existem vários estudos apontando alguns impactos desse encontro, nem sempre harmoniosos, uma vez que a justaposição de culturas e identidades pode ressaltar as diferenças.

No caso dessas unidades em que a cultura se torna um dos focos de atenção, o que se pretende oferecer ao turista tem a ver com a afirmação de Gastal (2001, p. 129):

Cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente.

Entretanto, como na prática do turismo, o interessado chega até o objeto de consumo corre-se o risco de mercantilização da cultura local. Por outro lado, o contato pode ser motivo de aproximação ou de conflito entre os atores que integram as diferentes formas de territorialidade, ou seja, aquela construída historicamente no lugar (a das populações nativas) e aquelas que se ocupam dos serviços prestados ao ecoturismo.

As impactantes diferenças existentes entre os que praticam o turismo e os moradores locais provocam uma ação invasiva, em muitos casos suportada por haver interesses econômicos envolvidos na questão. A liberdade usufruída pelo turista aumenta as possibilidades de o residente sentir-se ameaçado. Em uma reação antagônica onde o visitante desfruta de um território de lazer, já o autóctone utiliza este meio na “labuta” cotidiana de seu serviço.

O turista traz seus hábitos e costumes, muitas vezes chocantes para a população autóctone, não familiarizada com excessos de consumo e “liberdade”. Há, muitas vezes, uma sensação de invasão do lugar, só compensada e/ou tolerada pelos benefícios financeiros oriundos da passagem do turista. Além disso, nos lugares turísticos se encontram duas territorialidades antagônicas: trabalho e turismo (OURIQUES, 2002, p.62).

Existem casos em que o conflito entre turista e anfitrião fica mais evidente, em função das diferentes intencionalidades de cada território no qual o ator se encontra inserido.

Ele nasce em parte de uma divergência radical de objetivo: o primeiro entrega-se a uma atividade de prazer, o segundo trabalha. O turista chega com muitas expectativas; os anfitriões, com muita frequência, não têm a menor idéia do que devem esperar dele" (ROBINSON, 1999:22).

O conflito pode ainda se intensificar quando o turista dos países chamados de “primeiro mundo” visita comunidades mais pobres, com nível de renda e escolaridade inferiores, e se estabelecem as diferenças preconceituosas. Por outro lado, os estudos têm comprovado que a chegada de turistas e os bens e serviços preparados para atendê-los podem se constituir em um poderoso modificador e mesmo desarticulador das culturas locais.

1.5.2.2 O território organizacional do trade

Por outro lado, o atrativo ecoturístico da propriedade jurídica que abriga a unidade de conservação passa a ser incluído num território organizacional de serviços, o chamado *trade* turístico, envolvendo relações de trabalho à distância e, que implica em atendimento a comandos externos, algumas vezes em estrutura verticalizada. Nesse caso, as ações desempenhadas no lugar atendem a normas de organização do empreendimento, cuja sede permanece fora da propriedade. Nesse caso, conforme Mariani (2002: p.34):

[...] o território é representado pelos lugares de origem e de chegada dos turistas; pela natureza, significando a maioria dos atrativos turísticos; pelos equipamentos urbano-regionais, implicando uma infra-estrutura; pelas pessoas, identificadas como turistas e residentes.

Fora da propriedade que mantém o atrativo, a estrutura territorial baseada na organização econômica para o desempenho dos serviços de atendimento ao turista tem limites flexíveis, nem sempre duradouros. Depende dos agentes que se dispõem a trabalhar conectados ao atrativo e se interessa por ele.

Os serviços de atendimento ao ecoturista exigem, em sua grande maioria, certos conhecimentos e habilitações. O conhecimento tácito acumulado ao longo do tempo sobre o meio ambiente, de certa forma, pode favorecer a inserção das populações nativas nesse tipo de

trabalho. Mas muitos dos serviços técnicos e científicos e mesmo administrativos exigem pessoas treinadas de fora da propriedade. Arruda et al (2000, p.23) destaca:

[...] a necessidade de se conhecer o comportamento das espécies animais e vegetais. Esse conhecimento favorece o interesse das pessoas nativas [...] e estimula a conservação e manejo de diferentes espécies. Pessoas treinadas para esse fim podem ser importantes agentes em projetos científicos [...] atividades relacionadas ao ecoturismo e ao desenvolvimento sustentável.

Portanto, dentro da propriedade, de acordo com alguns estudos já realizados, nem sempre as duas territorialidades (da unidade ambiental e do atrativo) se compatibilizam, podendo os bens e serviços prestados ao ecoturismo não atenderem totalmente às intenções apregoadas pelo Estado. E isso ocorre, em função da dificuldade de interatividade dos atores envolvidos nas duas formas de apropriação territorial de uma mesma superfície de referência.

[...] o “relacionamento entre o turismo e o meio ambiente dá mais espaço para a polêmica do que para observação e a análise dos efeitos do primeiro sobre o segundo. É preciso estimular o diálogo e o intercâmbio entre os profissionais das duas áreas” (RUSCHMANN, 1999, p.50).

O turismo pode ser benéfico quando propicia a comunidade local uma oportunidade de valorização territorial, inserido em um contexto solidário de troca, em que tanto o residente quanto o turista se sensibilizam, congregando um respeito mútuo entre eles e o ambiente ocupado. Constituindo hoje, um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda em todo o planeta mesmo não reconhecido como ciência, Moesch (2000, p. 09) afirma que a atividade turística é:

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção de serviços, em cuja composição se integra em uma prática social com base cultural com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Pode-se concluir aqui que as duas formas de territorialidade apresentadas, não emergiram de um processo de construção social das tradicionais coletividades que ali vivem. Elas se superpuseram e representam cada uma delas, apenas uma dimensão da realidade vivida na propriedade, ou seja: a institucional (unidade de conservação) e a de uma atividade econômica (bens e serviços para o ecoturismo).

A criação desses novos processos de apropriação social do mesmo plano da superfície terrestre, com territorialidades diferentes, como se pôde apreciar, pode resultar em convívio paralelo sem conflito, em interação harmônica ou em conflitos que podem implicar na desarticulação de um dos sistemas ali construídos.

CAPÍTULO II

TERRITORIALIDADE CONSTRUÍDA NO COTIDIANO VIVIDO DA PROPRIEDADE

Os modelos de unidade de conservação selecionados como objeto de estudo (Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS, Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN, e Parque Nacional) inserem-se em diferentes ambientes naturais do país (Amazônia, Pantanal, Mata do Rio Paraná) e estão incluídos em propriedades do Estado ou particulares, sobrepondo-se a territorialidades historicamente construídas por laços sociais tecidos no cotidiano vivido no interior dessas propriedades.

O objetivo desse capítulo foi apresentar em cada um desses exemplos a manifestação desse tipo de territorialidade construída socialmente no cotidiano vivido na propriedade. O que diferencia essa territorialidade das demonstradas no capítulo anterior é o fato da mesma emergir de um processo de apropriação histórica da sociedade local. Trata-se aqui, portanto, de um território de reprodução de vida da coletividade local. A apropriação, como um processo de adaptação da coletividade ao ambiente local, discutida no capítulo anterior, implica em relações sociais mediadas pela natureza da superfície terrestre que lhes serve de substrato de referência.

A construção territorial, na apropriação coletiva de um lugar, diferentemente das territorialidades apresentadas no capítulo anterior, ocorre em todas as dimensões do processo de viver em sociedade: social, econômica, cultural e política, implicando no estoque de “saberes” tradicionalmente construído a respeito do lugar. Trata-se, portanto, de uma territorialidade de natureza multidimensional.

Para melhor compreender a apropriação coletiva na definição da estrutura e dinâmica dessas territorialidades, torna-se fundamental a caracterização do ambiente natural em que cada uma se manifesta. Nesse caso, em cada unidade de conservação analisada, buscou-se caracterizar antes o ambiente natural e depois a estrutura e dinâmica da territorialidade construída socialmente na propriedade.

2.1 TERRITORIALIDADES NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇÚ.

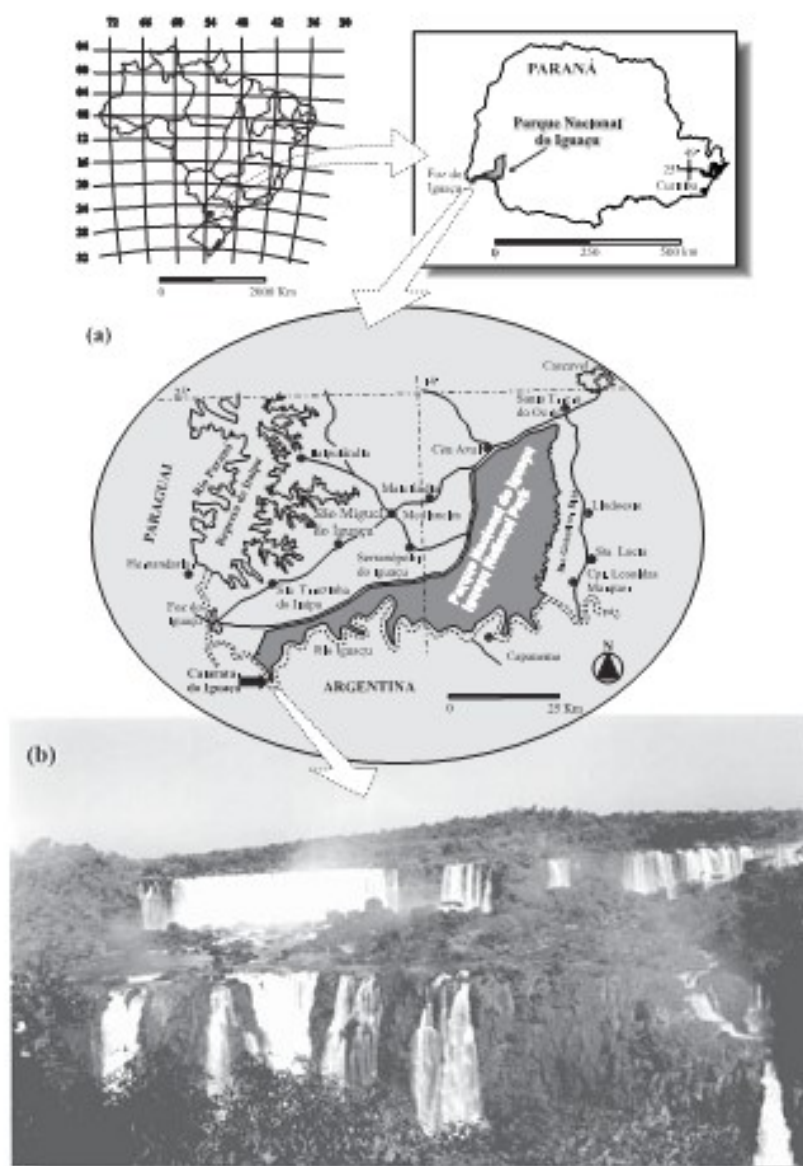
O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) foi criado em 10 de janeiro de 1939, abrangendo uma superfície de 185.262 hectares e perímetro de cerca de 420 km, em terra de domínio público. Foi tombado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1986, considerada a última grande amostra do Domínio da Mata Atlântica da bacia do Prata.

2.1.1 Localização do parque

O Parque Nacional de Foz de Iguaçu localiza-se no extremo Oeste do Estado do Paraná, na fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina. Ao norte se limita com a antiga estrada de rodagem Cascavel-Foz do Iguaçu e a BR-277, a leste com o rio Gonçalves Dias, a oeste com o rio São João e ao sul com o rio Iguaçu. A partir da foz do rio Santo Antônio faz fronteira com a República Argentina.

Situa-se junto à Foz do Iguaçu, uma das mais importantes cidades do estado do Paraná, com cerca de 260 mil habitantes, com uma área total de 433,30 quilômetros quadrados (106,6 km² pertencentes ao Parque Nacional do Iguaçu). Junto com as cidades argentinas *Ciudad Del Este* e *Puerto Iguassu*, forma um dos maiores pólos de turismo cultural da América do Sul.

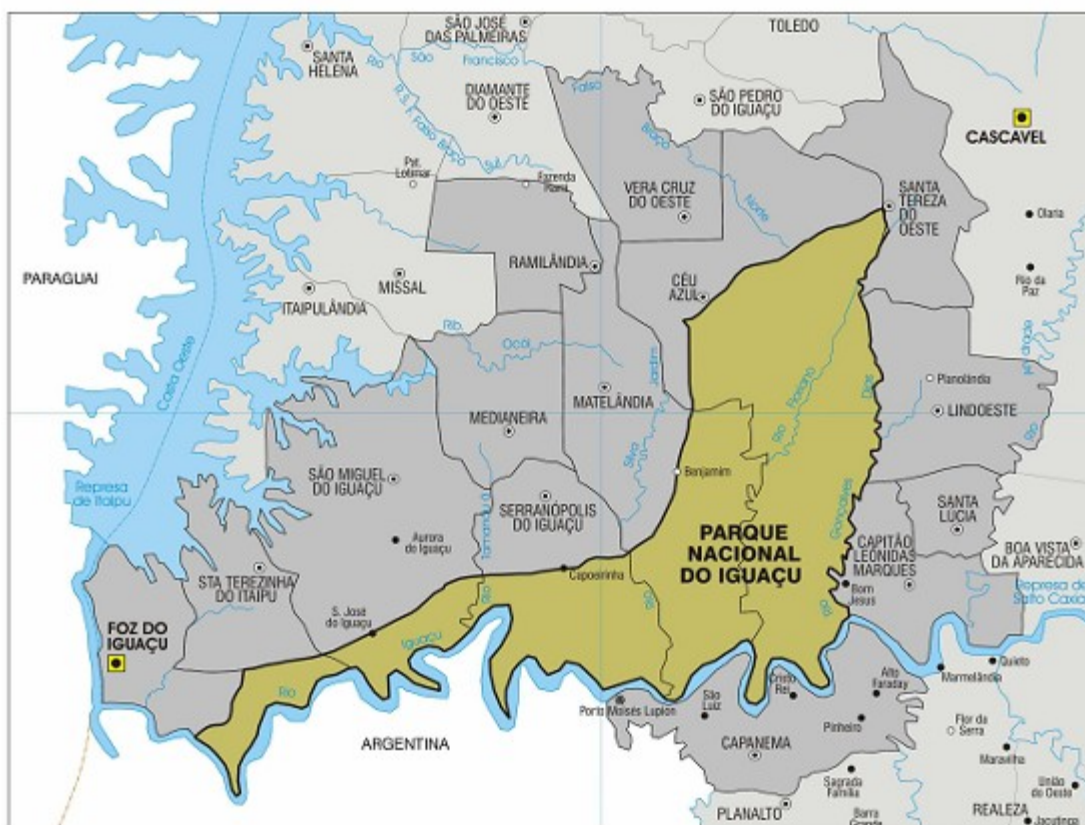
A palavra Iguaçu significa "água grande", na etimologia tupi-guarani, convindo com a exuberância de suas quedas-d'água, as cataratas do Iguaçu, considerada uma das maravilhas do mundo, com 275 cachoeiras com altura média de 60m e uma das principais atrações turísticas do país.



Mapa 01 Localização do Parque Nacional do Iguaçu

Fonte: Riad Salamuni et al, 1999.

O Parque Nacional do Iguaçu tem como municípios integrantes e limítrofes Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul e São Miguel do Iguaçu. O Parque situa-se entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e sua área de influência atinge 14 Municípios, embora entre esses, apenas os cinco citados possuem terras abrangidas pelo Parque (Mapa 02).



Mapa 02 Municípios integrantes e limítrofes do PNI

Fonte: BONASSA, 2004.

2.1.2 Ambiente natural do Parque

O Parque Nacional do Iguaçu insere-se numa faixa climática do tipo subtropical úmido, com a estação seca pouco definida. Caracteriza-se por apresentar verões muito quentes (temperaturas chegam a mais de 40 graus) e invernos mais brandos, com geadas pouco freqüentes (PRADO, 2003 p. 55:56).

O relevo foi talhado sobre rochas originárias de derrames vulcânicos (rochas basálticas), de estrutura fraturada, parte de uma extensa área da Bacia do Paraná (cerca de 1.200.000 km²), e no Parque pertence ao Grupo São Bento, da Formação Serra Geral (SALAMUNI, 1999 p. 07). As camadas de basalto chegam a atingir na área do parque entre 750 e 800 metros de profundidade, intercaladas por camadas sedimentares da Formação Botucatu e do Grupo Passa Dois, originárias do Permiano e o Triássico inferior.

O relevo exibe dois tipos de morfologia em altitudes variáveis entre 100 e 300 metros. À Sudoeste e Norte-nordeste o relevo mostra uma topografia mais acidentada e escarpada, exibindo depressões que, em alguns casos dão origens a “lagoas” (Idem, 1999). Predominam aí os solos litólicos em associação aos latossolos roxos e terra roxa estruturada e

brunizen (Idem, ibidem). A noroeste-sudeste, dominam as colinas suavemente onduladas a onduladas, de formas tabulares, com latossolo roxo, terra roxa e solos gley (SALAMUNI et al, 1999). Do ponto de vista da agricultura, os solos de terra roxa e os latossolos roxos estão entre os mais ricos do país, reconhecidos nacionalmente por apresentarem uma das agriculturas mais dinâmicas e de grande produtividade nas circunvizinhanças.

A feição morfológica mais importante do PNI é conhecida como Cataratas do Iguaçu (Foto 01), constituída de um conjunto de 275 quedas com altura média de 75 m, permitindo a vazão média de 1800 m³/s (Idem, 1999). Ocupa o extremo oeste do Parque, a 15 km do encontro entre os rios Iguaçu e Paraná. O rio Iguaçu, ao se aproximar do PNI, apresenta 205m de altitude, reduzindo para 170 m no início do Salto Santa Maria, para exibir um salto de 90m na base das corredeiras, local em que se configura um forte *canyon* e pequenas praias areno-siltosas.

Faz parte do ambiente natural do Parque uma das maiores e mais importantes reservas mundiais de água (Grupo São Bento da Formação Botucatu), o Aquífero Guarany, responsável pelo abastecimento de um grande número de comunidades vizinhas (Idem, 1994).

O rio Iguaçu com suas características naturais apresenta-se como um dos principais agentes modeladores e mantenedores da paisagem. Suas formas meândricas permitem a existência de micro-ambientes físicos e o desenvolvimento de núcleos biológicos muito específicos e de grande biodiversidade dentro do Parque (Idem, ibidem).



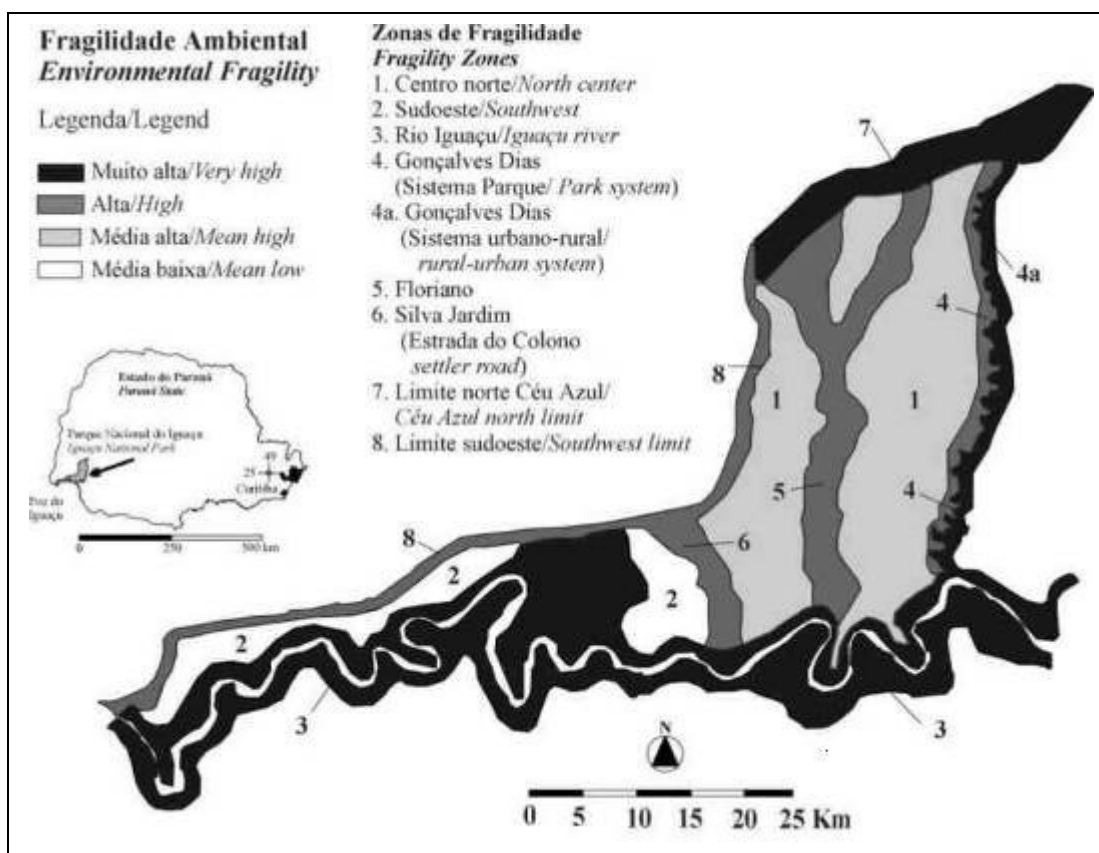
Salamuni et al. 1999

Foto 01 **Cataratas do Iguaçu**

Do ponto de vista da resistência à erosibilidade, os estudos realizados por Salamuni et al (1999), resultaram em um mapa, com zonas de diferentes fragilidades (Mapa 03).

Recobre esse relevo, uma Floresta Estacional Semidecidual, densa e fechada (considerada Mata Atlântica em algumas classificações), com grande diversidade de espécies vegetais e nas margens do Rio Iguaçu e de seus afluentes, aparece uma floresta tropical de várzea (PRADO, 2003 p. 57). Além da floresta, o Parque Nacional exhibe extensos fragmentos típicos de savanas, banhados e matas de araucárias (ALENCAR et al 2003, p. 02). No estado do Paraná restam apenas 3,4% da Floresta Estacional Semidecidual originais e a área do PNI corresponde a mais da metade deste total, aparecendo como uma ilha florestada num oceano de extensos campos cultivados, refúgio de inúmeras espécies raras e ameaçadas de extinção (BADIN et al, 2003).

O conjunto da floresta, substrato geológico e relevo, água e clima mantém estreita relação com os processos fluviais do rio Iguaçu e constitui um ecossistema específico, embora já alterado por processos erosivos provocados pela atividade humana, especialmente no entorno do Parque (SALAMUNI, 1999 p. 07)



Mapa 03 Zonas de Fragilidade Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu
Fonte: Salamuni et al, 1999.

A fauna exhibe características subtropicais, com influência direta da presença da mata estacional semidecidual. Pode-se observar uma rica biodiversidade:

... com aproximadamente 257 espécies de borboletas, 18 espécies de peixes, 12 espécies de anfíbios, 41 espécies de serpentes, 8 de lagartos, 340 espécies de aves e 45 de mamíferos, atraindo a atenção de vários pesquisadores que ali encontram fonte para relevantes trabalhos científicos (ALENCAR et al, 2003, p. 02).

De acordo com Prado (2003), entre as aves destacam-se araras, tucanos, gaviões, beija-flores, jaburus e pintassilgos, arara-canindé, papagaio-de-peito-roxo, gaviões pega-macaco, macuco e pato-mergulhador. Entre os mamíferos, os destaques são dados para a anta, o veado-mateiro, a capivara, o quati e a paca, além dos predadores suçuarana, jaguar e onça-pintada. Entre os ofídios estão as cobras venenosas como coral e jararaca (PRADO, 2003). Aí existem também algumas espécies que constam da lista de risco de extinção: onça pintada, arara azul e papagaio-de-peito-roxo. (ALENCAR et alii 2003, p. 02).

Em apenas três décadas, a cobertura florestal original das áreas do entorno, ao serem desmatadas para uso agrícola, foram sendo drasticamente reduzidas.

2.1.2 Territorialidade tradicional da área do Parque

De acordo com a historiografia local, a região em que se insere o Parque Nacional do Iguaçu foi até o séc. XV, habitada exclusivamente por índios Caigangue e Tupi Guarani, que atribuíram o nome ao rio Iguaçu de “água grande”.

Os primeiros registros de expedições dos colonizadores europeus no local teriam ocorrido somente a partir do séc. XVI, pela incursão de desbravadores espanhóis pela Bacia do Prata. Ocorreu mais especificamente em 1542, com expedição liderada por Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca.

O aventureiro espanhol Alvar Nuñez “Cabeza de Vaca” viajava com sua Expedição Colonizadora da cidade de Santos para Assunção, no Paraguai, em 31 de janeiro de 1542, quando descobriu as Cataratas do rio Iguaçu. A região atual de Foz do Iguaçu fora então batizada de Cachoeira de Santa Maria. (PRADO, 2003 p.17)

Ainda por iniciativa dos colonizadores espanhóis, em terras a oeste do Meridiano de Tordesilhas, o local foi cenário das missões jesuíticas de Guairá, por volta do século XVII

e XVIII. O território tornou-se área de interesse português, por ocasião das bandeiras de aprisionamento indígena para trabalhos forçados em lavouras brasileiras, em função do conhecimento acumulado pelos nativos organizados em áreas missioneiras. A ocupação de apresamento desse território pelos bandeirantes foi motivo de Portugal alegar para si as terras, por ocasião do Tratado de Madri em 1750, proposição não totalmente aceita pelos espanhóis, por se tratar de áreas missioneiras.

Em função dos freqüentes choques com espanhóis pela disputa das terras, a área de Foz do Iguaçu permaneceu por um tempo sob a guarda militar brasileira. Nessa ocasião, ali foi fundada uma colônia militar (1889) e nela se concedeu lotes a colonizadores interessados em ocupar produtivamente as terras. A colonização “não-índia” acabou sendo motivada pela extração de madeira e comércio de erva-mate (BADIN et al, 2003 p. 04). A referida Colônia Militar foi extinta em 16 de junho de 1912, quando o Ministério da Guerra tornou-a povoamento civil, deixando-a aos cuidados do Governo Estadual do Paraná (PRADO, 2003). Nesse tipo de ocupação produtiva da área acabaram atuando empresas estrangeiras, especialmente de origem inglesa. Esse processo de re-ocupação do anterior território indígena que se estendia até o Paraguai, permitiu que na representação coletiva local dos não-índios, essas terras tomassem a forma do limite oeste paranaense, como parte do novo território em formação (SCHNEIDER, 2001).

A partir da década de 1940-50, por meio de políticas da União, destinadas à maior segurança das fronteiras nacionais, as terras do atual Parque Nacional de Foz do Iguaçu e cercanias do chamado oeste paranaense, tornaram-se palco de ação planejada de empresas colonizadoras (SCHNEIDER, 2001). Para garantir maior soberania nacional, diante da interferência estrangeira na faixa de fronteira, o governo federal transformou esse espaço em território de intervenção nacional, adotando um modelo de colonização familiar em pequenas propriedades agrícolas. Houve, nesse sentido, incentivo ao avanço migratório de famílias sulistas (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), predominando entre elas, aquelas de origem italiana e alemã, que no entender da União já carregavam experiência em colonização.

Esse processo de planejamento e venda das terras às famílias sulistas coube a empresas colonizadoras particulares, cuja existência foi incentivada pela União. Essas empresas desempenharam papel importante na criação de cidades e Municípios, atraindo o fluxo migratório para o lugar (BONASSA, 2004). As políticas de colonização continuaram avançando nessa área, dada a presença das terras férteis predominantes nesse ambiente ainda fracamente ocupado, inclusive com o avanço da fronteira agrícola da soja, atingindo o entorno do Parque Nacional de Foz do Iguaçu (Idem, 2004).

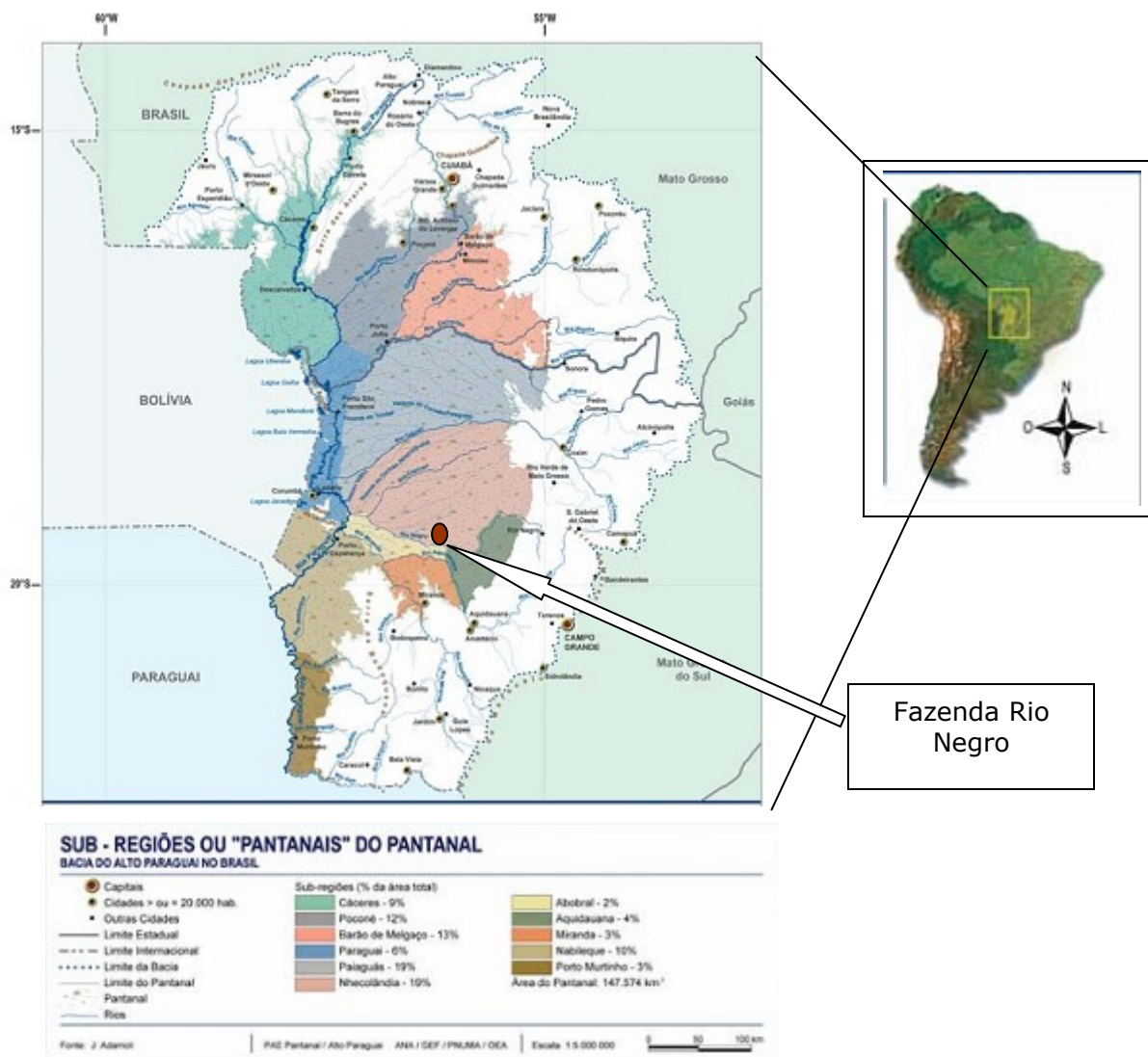
Na década de 1950, iniciou-se a execução de um Plano Rodoviário Estadual, em decorrência do povoamento e expansão agrícola, visando o acesso dos agricultores locais a mercados mais distantes. Foram estabelecidas linhas-tronco para escoamento da produção aos portos marítimos; as linhas-paralelas para o intercâmbio comercial com São Paulo; as linhas longitudinais para facilitar a ligação norte-sul do país; e finalmente as linhas-ramais que atendiam as necessidades específicas de cada região do Estado (BONASSA, 2004). Essas vias de acesso marcaram a organização do território e delinearão as interações sócio-econômicas locais.

Desse modo, a mesma superfície do parque serviu de referência a diversas territorialidades que se alteraram ao longo do tempo, até aquelas construídas pela colonização agrícola em seu entorno. Nessa última, acabou sendo inserida na trama das vias de circulação estabelecidas na sua constituição e nas relações com seus mercados, com a chamada “Estrada do Colono”. Esta atravessa o parque pelo meio, com uma extensão de 18 km, ligando o Município de Serranópolis do Iguaçu, no seu extremo norte, com Capanema, Município localizado na margem esquerda do Rio Iguaçu.

2.2 RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL FAZENDA RIO NEGRO

2.2.1 Localização da Fazenda Rio Negro

Distante de Campo Grande 250 Km, a Fazenda Rio Negro localiza-se no centro do Pantanal brasileiro. Situada às margens do Rio Negro, sub-bacia do Rio Miranda, município de Aquidauana (MS) é uma das Fazendas de pecuária de corte mais tradicionais na região (Mapa 04) e ficou famosa ao servir de locação para a telenovela brasileira “Pantanal”. Foi adquirida pela Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil), uma Organização Não Governamental Internacional, que em 2001, criou nela uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com objetivo a conservação, pesquisa e turismo.



Mapa 04 Localização da Fazenda Rio Negro

Fonte: Global Environment Facility (GEF), 2006

2.2.2 Ambiente do Pantanal

O Pantanal é uma extensa planície, com aproximadamente 165.000 km² de extensão, sendo 140.000 km² no Brasil, distribuídos pelos estados de Mato Grosso (35%) e Mato Grosso do Sul (65%) o restante em territórios paraguaio e boliviano. É contornada pelas terras do Planalto Central e do Planalto Meridional e suas altitudes variam entre 80 a 150 metros. Nela se instalou a complexa rede hidrográfica da Bacia do rio Paraguai. A pequena declividade da calha do rio Paraguai (1-2cm/ km), associada à presença de superfícies elevadas e o sistema de leques aluviais constituído em climas passados caracterizam o processo de aprisionamento do rio no Brasil (AB'SABER, 2000). Desse modo, a planície funciona como um imenso reservatório natural, recebendo vazões distribuídas oriundas do

Alto Paraguai e seus afluentes, e as concentrando no escoadouro da bacia (PONCE, 1995). Em função dessas condições, o Pantanal é considerado uma das mais amplas terras úmidas do planeta.

Sob a vigência de um clima tropical (alternadamente seco e úmido), o Pantanal sofre forte influência da Massa Tropical Continental vinda do Chaco, o que lhe atribui características de maior aridez (ZAVATINI, 1992), embora as enchentes sazonais causadas pelas águas fluviais dependam do regime de chuvas das áreas do planalto, locais de suas nascentes. De outubro a março, devido à maior intensidade das chuvas no planalto inicia lentamente a inundação - no sentido norte-sul e de leste-oeste, ocorrendo o pico das cheias entre maio e junho. Não são as precipitações que provocam as inundações no *Pantanal*, e sim a lentidão do escoamento das águas dos rios, diante da dificuldade de vazão em uma área muito plana e de fraca declividade (MOURA, 2001).

Do ponto de vista da vegetação, esse ambiente é fruto da convergência de três províncias florísticas sul-americanas: floresta amazônica, cerrado e chaco (AB'SABER, 1988). Cada uma delas é difusora de flora e fauna específica, associada a uma flora e fauna local remanescente de um período climático árido do passado (Pleistoceno), quando a caatinga expandiu até essa área (Idem, 2000). O contato dessas diferentes fontes difusoras de fauna e flora em áreas de graus diferenciados de alagamento explica, em grande parte, a grande diversidade da vida biótica desse ambiente (Idem, ibidem).

A diversidade de interações naturais existentes no local leva ao reconhecimento de vários ecossistemas. Alguns cientistas distinguem esses ambientes ecológicos como “pantanais”. Nesse caso, o Pantanal seria constituído de muitos “pantanais” (Mapa 04). A fazenda Rio Negro insere-se na sub-bacia do Rio Negro, no chamado “Pantanal da Nhecolândia”.

Os solos, de composição predominante argilo-arenosa, são ácidos e fracos, com baixa disponibilidade de nutrientes. De modo geral há maior fertilidade nas áreas de influência de sedimentos carregados pelas águas, graças à decomposição de matéria orgânica depositada neles (MAGALHÃES, 1992). Isso ocorre pelo fato da água sobre a extensa planície rebaixada durante as cheias deixarem, durante a vazante, uma camada de nutrientes (húmus). Este é o período em que o Pantanal torna-se mais verde e cheio de vida. Mas, quando a estiagem é muito prolongada os vegetais se desidratam, fragmentam-se, sendo dispersos pelo vento ou queimadas, deixando o solo à mostra (Idem, 1992).

A variedade da vegetação, a topografia e a água acumulada é garantia de alimentação, abrigo e local de reprodução para a vida animal em toda a planície e seus

arredores. A grande maioria dos animais encontra-se nos rios, corixos, baías e alagadiços, a principal fonte de nutrição. As aves se destacam por alimentarem-se nesses ambientes inundados, onde há uma abundância de peixes, moluscos e crustáceos. As pernaltas andam durante horas na água, rastreando com seus bicos longos e pontiagudos à procura de alimentos (Idem, 1992).

O Pantanal abriga mais de mil espécies de vertebrados, que corresponde a quase um quinto da fauna brasileira (Quadro 01).

	Variedade de espécies no Pantanal*	Participação no total das espécies brasileiras
MAMÍFEROS	124	24%
AVES	423	26%
RÉPTEIS	117	38%
ANFÍBIOS	41	8%
PEIXES	325	11%*

Quadro 01 Diversidade de vertebrados no Pantanal

Fonte: Conservação Internacional

* percentagem estimada

Quanto ao habitat da avifauna (Fotos 02 e 03), maior biodiversidade pantaneira, segundo Resende (1998, p. 27):

[...] 18% são restritas às formações florestais, 33% depende de ambientes florestais para abrigo e alimento, 21% estão relacionadas aos ambientes aquáticos e grande parte deles nidifica em matas às margens da água e 28% são espécies de áreas abertas e semi-abertas com os variados hábitos alimentares: onívoros, frugívoros, necrófagos, carnívoros, granívoros e insetívoros (1100 espécies só de borboletas).

O Tuiuiú é considerada a ave símbolo do Pantanal.



Foto 02 **Tuiuiú**

Brazilfilms



Fazenda Rio Negro

Foto 03 **Arara-azul**

O local serve ainda como local de descanso de alguns pássaros migratórios do hemisfério Norte e outras regiões da América do Sul (PONCE, 1995 p.28)

Quanto aos mamíferos, segundo Moura (2001), nos capões e matas podem ser encontrados cerca de 90 espécies (Fotos 04 a 07), a exemplo da onça-pintada - que compartilha o território com outras espécies, entre os quais se destacam: Anta (*Tapirus terrestris*), jaguatirica (*Leopardus tigrina*), gato-do-mato (*Eipayrulus* sp. e *Felis* sp.) e canídeos (*Ducysiun thous*).

Nesse mesmo tipo de ambiente, segundo o mesmo autor, o Tamanduá bandeira (*Mirmecophaga trydactyla*) e mirim (*Tamandua tetradactyla*) convivem com caxinguelê (*Sciurus* sp.), tatu (*Dasypus* sp.), cotias (*Dasyprocta* sp.), lagarto (*Tupinambis* sp. e *Tropidurus* sp.), paca (*Aguti paca*), porco-do-mato (*Tayassu tajacu*) e queixada (*Tayassu pecari*).

Conforme Moura (2001) existem ainda cerca de 160 espécies de répteis, entre as quais as mais conhecidas são: sucuri (*Eunectes murinus*), jararaca (*Bothrops* sp.), boca-de-sapo e jacarés (*Cayman latirostris*) (Foto 08).



Foto 04 Ariranha

Fazenda Rio Negro



Foto 05 Onça pantaneira

Geocities



Foto 06 Tamanduá-bandeira

Haroldo Paulo Jr



Foto 07 Capivara

Colorfoto



Brazil Film

Foto 08 **Jacaré**

Quanto à ictiofauna, as principais espécies são: raias ou arraia, pirambóia, dourado, curimatá, piraputanga, lambari, pacu, piranha, tucunaré, traíra, pintado, surubim, jurupoca, jaú, bagre, mussum, cascudo e cachara (MOURA, 2001).

No que toca à flora, de acordo com a Conservação Internacional, gestora da unidade e das pesquisas na área, estima-se uma variedade em torno de 3500 espécies da flora pantaneira.

Segundo Coelho Netto (2002, p.21):

[...] O Pantanal é um paraíso ameaçado pelas cidades em seu entorno, que despejam esgoto e detritos em seus rios e ainda mantém lixões a céu aberto. Outro grande inimigo da natureza pantaneira são as plantações de soja no planalto. O plantio, que necessita de uma carga grande de agrotóxicos, é feito de forma desordenada, causando o assoreamento de importantes rios que deságuam na planície pantaneira.

O Pantanal Mato-grossense, em 2000 foi considerado Reserva da Biosfera Mundial, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e recebeu da mesma organização o título de “Patrimônio Natural da Humanidade”, a partir do qual o Brasil passou a definir políticas de desenvolvimento sustentável com apoio, principalmente, ao ecoturismo.

A sub-região do Rio Negro, onde se localiza a sub-bacia do Rio Negro e a fazenda objeto dessa análise, no Pantanal da Nhecolândia, difere dos rios Taquari e São Lourenço. O rio Negro não tem suas nascentes no planalto, motivo que em grande parte, tem preservado essa sub-bacia desses fenômenos de degradação ambiental causado naquele espaço.

A fazenda Rio Negro se diferencia no ambiente pelo predomínio de um mosaico de “cordilheiras” (áreas mais elevadas da planície e menos inundáveis) recobertas da vegetação de cerrado e cerradões (floresta semidecidual tropical) – capões, bacias e “salinas”, isto é, lagoas de água alcalina. Nesse ambiente destacam-se os extensos caronais, (*Elyonurus muticus*) queimados no início da seca, uma vez que neles se acumulam uma grande quantidade de ervas consideradas daninhas à pastagem e animais peçonhentos que colocam em risco a vida do gado.

As paisagens do Pantanal de Nhecolândia na bacia do Rio Negro destacam-se, não só pela beleza específica (baías e salinas), como também pelo estado de preservação do ambiente natural (Foto 09).



Fazenda Rio Negro

Foto 09 Pantanal do Rio Negro

Essa condição criou o interesse, em 1989, pela extinta TV Manchete, em transformar essa paisagem em cenário e o Pantanal como tema de uma telenovela de grande repercussão nacional e latino-americana. A fazenda Rio Negro fez parte das gravações dessa telenovela, transformando-se em foco de interesse turístico. Esse fato criou ao proprietário uma oportunidade de negócio nesse sentido, pois a atividade vinha complementar a renda da

fazenda, num momento em que a comercialização do gado enfrentava dificuldades no mercado. Desse modo, a fazenda Rio Negro (Fotos 10 e 11) tornou-se pioneira nesse tipo de atividade no Pantanal da Nhecolândia.



Paula do Rezo - 2002

FOTO 10 Vista aérea da sede da Fazenda Rio Negro no período da seca.



Paula do Rezo - 2002

Foto 11 Vista aérea da Fazenda Rio Negro no período da cheia

2.2.3 Territorialidade tradicional do Pantanal da Nhecolândia

O Pantanal da Nhecolândia identifica-se como ecossistema único e pela sua história e cultura. Foi a primeira área pantaneira a ser atingida, ainda no final do século XIX, por uma corrente colonizadora de criadores de gado expandida a partir da região cuiabana. A pecuária ainda é a atividade principal, em torno da qual foi construído o modo de vida pantaneiro (Foto 12). Ao lado da pesca, a pecuária extensiva de corte tem-se mostrado compatível com a preservação/conservação do Pantanal. A criação em pastagens nativas forjou um tipo de gado de corte adaptado às condições locais, denominado "boi pantaneiro", substituído mais tarde pelo zebu e nelore. O sistema de criação abrange as fases de cria e recria em grandes propriedades. Abastece especialmente os frigoríficos do leste de Mato Grosso do Sul e oeste de São Paulo.



ANA/GEF/PNUMA/OEA-2004

Foto 12 Pecuária no Pantanal (a boiada)

No caso da Fazenda Rio Negro, ela foi apropriada desde 1895, pela família Rondon, vinda de Poconé-MT, até a venda para a Conservação Internacional⁴. Ciriaco Rondon acompanhou o fundador da Fazenda Firme na Nhecolândia, conhecido por “Nheco”⁵ com quem mantinha relações de compadrio e elegeu para formação da fazenda Rio Negro, as terras situadas entre os rios Negro e Aquidauana. A fazenda chegou a ter quase 300 mil hectares de área, aos poucos fragmentada por herança e venda (Foto 13).



Foto 13 **Fazenda Rio Negro no início do século XX**

Nessas propriedades, durante as cheias, as coletividades rurais ficam inacessíveis e aprisionadas em seus lugares, perdendo temporariamente o contato com as cidades e outros lugares mais próximos. Assim, uma das marcas da identidade pantaneira que faz parte da memória coletiva tem sido construída na trajetória de um cotidiano vivido em condição de isolamento, numa busca de relativa auto-suficiência. Essa identidade também tem sido atribuída por eventos que marcaram uma história comum (a exemplo daqueles relacionados à guerra contra o Paraguai, banditismo, coronelismo e a Coluna Prestes) e que coincidem com a história de vida de grande parte daqueles que aí vivem (FERNANDES, 2002), como também por valores culturais comuns. Elas são narradas pelos contadores de “causos” em rodas de tereré.

O morador pantaneiro dificilmente é o proprietário da fazenda, já que geralmente mora na cidade. Ele pode ser tanto o boiadeiro e a família que trabalham para o fazendeiro num sistema de peonagem ou as famílias de pescadores artesanais que vivem em colônias

⁴ As informações foram obtidas por entrevista realizada com o senhor Orlando de Castro Rondon, último proprietário, pertencente à quarta geração da família.

⁵ A antiga sesmaria foi transformada na “Fazenda Firme” por Nheco e redistribuída a novos colonizadores.

ribeirinhas aos rios⁶. Como, de modo geral, o fazendeiro tem origem de famílias que residiam antes na Fazenda e ele vive parte de seu cotidiano com os peões, sente-se integrado a essa cultura.

Os costumes e tradições pantaneiras, em grande parte, têm influência indígena e paraguaia⁷, associada à convivência com a natureza Reis et al (2006). Através da prática vivida, o pantaneiro foi se apropriando do ambiente natural, apresentando uma relação de estreita proximidade com ele, revelando tipos de saberes específicos sobre o lugar e seu comportamento (BANDUCCI,1995). Destaque-se hábitos como do uso do arco e flecha nas caçadas e de acampar no meio da mata, da habilidade no manejo de canoa, na doma dos cavalos, no controle da boiada, no uso do laço, ou ainda do gosto pelo tereré, da alegria contagiante manifestada nos gritos e gargalhadas no campo e nas festas alegres ponteadas de gritos, do gosto pela viola de cocho (REIS ET AL, 2006). O pantaneiro gosta de usufruir da vida na natureza, como tomar banho nos rios, dormir em redes e andar a cavalo, procurando sempre obedecer ao ritmo de vida de seu ambiente e sabe se orientar e enfrentar travessias em áreas alagadas (Fotos 14 a 17).



Marco Antonio S.A -1999

Foto 14 **Peão boiadeiro do Pantanal**

⁶ As pequenas comunidades ou colônias (entre 8 a 80 famílias) surgiram no início do século XX, quase sempre por doação ou licença de ocupação dada fazendeiros ou pelo Estado (em terras devolutas), embora nem sempre com a propriedade jurídica oficializada (REIS ET AL, 2006).

⁷ A presença do negro se fez mais comum no Pantanal Norte, região cuiabana que conheceu a escravidão no passado (LE BOURLEGAT, 2000).



Wilson Galdino Jr

Foto 15 Habilidade pantaneira na travessia de rio



Veja- dez 2005

Foto 16 Habilidade do peão boiadeiro no laço



Fazenda Rio Negro

Foto 17 Alegria pantaneira

A pecuária tradicional no Pantanal é a extensiva, de modo que o gado solto no pasto exige poucos cuidados do fazendeiro, sendo a natureza percebida como a principal responsável pela manutenção dessa atividade.

Acostumado com os ciclos da água e vivenciando os lugares, esse morador conhece os caminhos delineados pela água, o comportamento climático regional, como também as propriedades medicinais de grande parte dos elementos da fauna e flora local.

O pantaneiro divide a propriedade em “invernadas”, porções cercadas de grande extensão com pastagem para o gado. A seleção desses espaços leva em conta a presença de elementos como mananciais de água, ou então dos capões e das “cordilheiras”, estes considerados estratégicos para o gado se proteger do frio e das enchentes.

Mesmo em áreas que parecem homogêneas ao recém-chegado, o morador do Pantanal constrói o mapa mental do lugar com base em referenciais de significado pessoal, o que lhe atribui facilidade de deslocamento, raramente perdendo a orientação das posições das coisas e do rumo dos trajetos.

O mundo simbólico das coletividades locais (peões e fazendeiros) é marcado por valores comuns como a honra ao nome, o respeito aos mais velhos e a coragem no enfrentamento das surpresas e das dificuldades da vida (FERNANDES, 2002). Manifesta-se também pela sua forma de religiosidade e crenças no mundo sobrenatural, assim como pelas práticas de caça, pesca, lida com o gado, o artesanato (BANDUCCI, 1995), danças, mitos e gastronomia.

A coesão social entre as famílias é obtida, em grande parte, por relações de compadrio e a liderança comunitária geralmente exercida pelo morador mais experiente e “conhecedor do lugar” (REIS ET AL, 2006). Há uma forte dependência da vida aquática, sendo o rio o meio mais seguro de garantir a comunicação entre os vizinhos e com os mercados externos. Isso explica, em grande parte, a concentração da sede da fazenda e das residências dos peões nas faixas marginais dos cursos d’água e as pistas de pouso para os aviões (Idem, ibidem).

Mas as práticas e festividades religiosas, assim como as rodas de tereré e as escolas também constituem elementos muito importantes para aglutinação e sociabilidade dessas comunidades (Idem, ibidem).

2.4 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

2.4.1 Localização

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Mapa 05) está situada na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná, no município de Tefé, no centro do estado do Amazonas. Aparece como a maior área brasileira de conservação de florestas inundáveis, com uma extensão de 1.124.000 ha (figura 1), e como única unidade de conservação de florestas de várzea.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSM, juntamente com a população do local, administram a reserva através de um sistema de co-gestão.



Mapa 05 **Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

O lago Tefé tem grande volume de água chegando a aproximadamente 60 km de extensão sendo que, em alguns pontos, chega a ter 15 km de distância de uma margem até outra. A altitude média do município é de 47m acima do nível do mar (GONTIJO, 2005 p. 03).

2.4.2 O Ambiente da Amazônia e de várzeas em Mamirauá

A Amazônia caracteriza-se pela existência da extensa planície de sedimentação da bacia do rio Amazonas o Rio mais caudaloso do mundo, sob a atuação de um clima do tipo

equatorial com temperaturas e umidade elevadas o ano todo, com a manifestação da exuberante floresta equatorial amazônica.

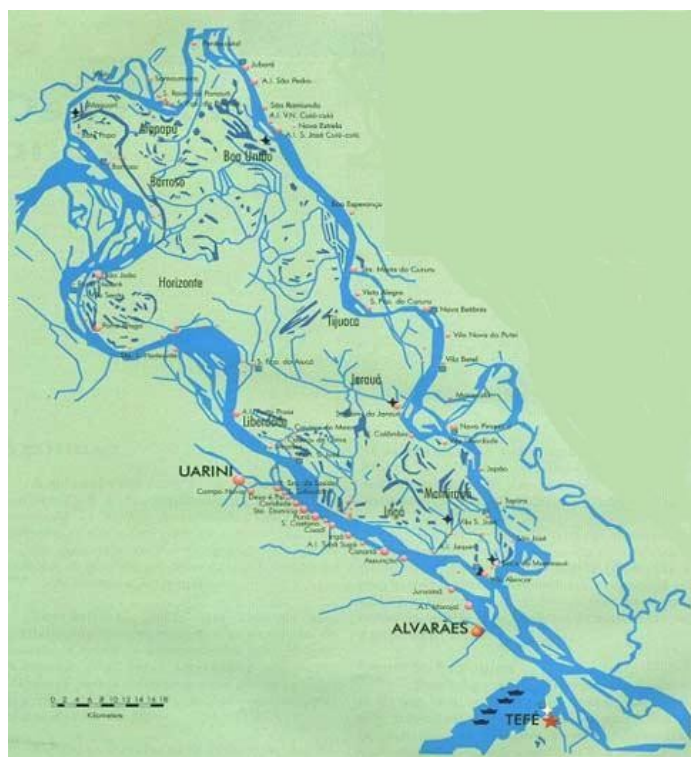
As chuvas são freqüentes e abundantes, com maior acentuação durante o inverno (fevereiro a junho). A precipitação média pode atingir até 2.500mm por ano (GONTIJO, 2005).

A planície amazônica apresenta-se sob forma de “terra-firme”, terras não sujeitas à inundação durante as cheias, “várzeas”, inundáveis apenas no período das cheias e o “igapó” que fica inundado o tempo inteiro.

O relevo é determinado pelo depósito diferenciado dos sedimentos trazidos pelas cheias e levam à distinção de dois subistemas: as restingas e os chavascais (Ayres, 1993). As restingas são formadas pelos depósitos sedimentares mais volumosos e de granulometria maior que ficam alagados entre 4 a 5 meses. Já os chavascais constituem-se das depressões interpostas entre as faixas de restingas e que permanecem sob as águas por 8 a 9 meses (Idem, 1993).

Os terrenos de várzeas são banhados por paranás (braços de rios ou canais que ligam dois rios entre si), além de contar com inúmeros pequenos “lagos” de várias extensões e larguras que se comunicam por canais durante as cheias. Só a planície alagável dos rios Solimões e Japurá, que abriga a RDSM, contam com um verdadeiro mosaico de 616 lagos (IDS, 1996) que se organizam em grandes sistemas interligados: Sistemas Mamirauá, Jarauá, Tijuaca, Preguiça, Tapiu, Barroso, Aiucá e Cauaçu (Idem, 1996).

A área de várzea (Foto 18) ocupa cerca de 300 mil km² ao longo da calha do rio Amazonas e seus principais tributários e corresponde a cerca de 6% da superfície da Amazônia Legal (SCM, 1996). Graças ao regime físico e especificidade química da água nesses lagos da várzea, nelas se detecta fauna e flora distintas daquelas encontradas nos rios e que precisam se adaptar ao ambiente ora seco e ora aquático durante as cheias (IDS, 1996).



Mapa 06 Ambiente fluvial da RDS Mamirauá

Fonte: Deborah Ayres e Marisa Reis



Foto 18 Paisagem vegetal na várzea do Solimões

R. Mourão



Foto 19 **Mata da várzea na seca**

A dinâmica do ecossistema de várzea é regida pela forte influência do regime de águas. Na RDSM a grande variação anual no nível das águas dos rios aparece como uma de suas características marcantes (QUEIROZ, 2005). Os alagamentos sazonais dos rios Solimões e Japurá chegam a uma elevação de dez a doze metros do nível normal, causados pelas chuvas nas cabeceiras dos rios da região associadas ao degelo anual do verão andino (BURANI et al, 2005). Quando o alagamento do ano é excepcionalmente alto, toda a RDSM fica submersa. As águas trazem em suspensão os sedimentos das encostas dos Andes, que ao se depositarem nas encostas do rio transformam-se em nutrientes, responsáveis pela alta produtividade das margens (várzeas amazônicas). Esses alagamentos, e a conseqüente deposição anual desses sedimentos definem a geomorfologia da várzea, como também o tipo de fauna e flora, e mesmo os seus padrões de ocupação humana (QUEIROZ, 2005).



Foto 20 Paisagem característica de Mamirauá

As diferenças no tempo de alagamento, devido às variações do relevo da várzea, levam, num longo prazo, ao desenvolvimento de tipos de vegetação florestal diferenciados, que ocorrem apenas neste ecossistema de várzea e que possuem uma estrutura e uma composição bem distintas (Ayres, 1993).

Enquanto predominam nas restingas as florestas altas ao longo das margens das águas, nos chavascais aparece uma floresta mais esparsa e de menor porte, com ocorrência de muitos cipós, espinheiros e arbustos, ou simplesmente gramíneas, arboretas e árvores de espécies colonizadoras (Ayres, 1993). As espécies mais frequentes nos chavascais são a embaúba (*Cecropia latiloba*), a munguba (*Pseudobombax munguba*), o carauazeiro (*Symmeria paniculata*) e o louro-chumbo (*Nectandra amazonum*) (AYRES, 1993).

A restinga ainda apresenta dois ambientes específicos, em função do nível de inundação: a restinga alta e restinga baixa. A restinga alta caracteriza-se pelo predomínio de uma vegetação mais alta, com muitos indivíduos e com menor número de indivíduos por hectare, enquanto que na restinga baixa (alagável até 2,5 m); apresenta uma vegetação de menor porte, com maior número de indivíduos por hectare. As espécies mais comuns são o

mututi-branco (*Pterocarpus amazonicus*), o matá-matá (*Eschweilera albiflora*), a piranha (*Piranha trifoliata*) e a abiorana (*Neoxythece elegans*) (QUEIROZ, 1995).

A vida animal na RDS Mamirauá é diferenciada em relação às demais, abrigo espécies tolerantes ao ambiente de várzea (AVELAR, 2005). A dinâmica de enchentes prolongadas a cada ano, se por um lado limita o número de espécies, por outro lado propicia o surgimento de adaptações únicas que podem conduzir ao longo do tempo a especiações e endemismos neste ambiente (AYRES, 1993 *apud* QUEIROZ, 2005). Nesse caso, a marca característica da RDS Mamirauá é o alto grau de endemismo. Um exemplo de espécie endêmica é o macaco uacari-branco (*cacajao calvus calvus*), conforme Foto 21.



L.C. Marigo

Foto 21 **Uacari** (*cacajao calvus calvus*)

Mas a grande variação sazonal e a diversidade de ambientes aquáticos favorecem a existência de maior número de espécies de peixes (300) em ambiente de várzea (RODRIGUES 2002, p.270). É o maior número de espécies registrado para um ambiente de várzea e se manifesta nas lagoas durante a seca, diversidade em função, sobretudo pela diferença e amplitude de habitats oferecidos aos peixes e da dinâmica de sua alteração ao longo do ciclo sazonal.

A presença de importantes espécies de vertebrados ameaçados de extinção vivendo protegidas naquela parte da Amazônia é um fator de grande relevância na fauna da RDS Mamirauá. Na época da cheia, é possível observar nas copas das árvores espécies como: preguiças e macacos: guaribas, uacaris-branco (a espécie-bandeira), macacos-prego e macacos-de-cheiro, além de muitas espécies de aves e animais aquáticos, como o jacaré-açu (durante a seca) e botos vermelhos. A reserva cumpre ainda um papel de berçário para vários recursos naturais que lá nascem e amadurecem (QUEIROZ, 2005 p. 188).

2.4.3 Territorialidade tradicional da RDS Mamirauá

A Amazônia conheceu um processo de ocupação colonial desde o século XVI, por meio de missões religiosas, que favoreceu a aproximação entre portugueses e a população indígena, dando origem a uma população rural com características próprias. Ao mesmo tempo em que os indígenas foram sendo dizimados por guerras e doenças introduzidas pelo branco colonizador, os remanescentes foram incorporados à sociedade colonial européia pelo processo de miscigenação (Moreira Neto, 1988).

Tefé, no Médio Solimões, localizada a 663 km por via fluvial de Manaus, foi fundada em 1686, sendo considerada um dos municípios mais antigos do estado do Amazonas. Situada em plena Planície Amazônica, na região do médio Solimões, Tefé vem exercendo o papel de um importante entreposto abastecedor de todos os municípios da região (GONTIJO, 2005).

Em meados do século XIX, veio o ciclo da borracha, sucedido pelos demais ciclos econômicos, sempre com a predominância do extrativismo (OLIVEIRA & CUNHA, 2001). A partir da década de 1970, a pesca transformou-se na base da economia ribeirinha de várzea, gerando conflitos entre moradores da várzea e pescadores comerciais.

A várzea é considerada um dos ecossistemas mais ricos da Bacia Amazônica, tanto em termos de produtividade biológica, como de biodiversidade e de recursos naturais. E, nesse sentido, constitui importante meio de vida para as populações ribeirinhas. A região do Médio Solimões, historicamente, tem sido uma área muito cobiçada pela riqueza de seus recursos naturais, especialmente no Município de Tefé (Oliveira & Cunha, 2001).

A colonização de Mamirauá deu-se em período muito mais recente, ou seja, no início do século XX. Antes disso, o local era habitado pelos índios Omágua. Atualmente ainda existem dois grupos remanescentes na reserva, já com alto grau de miscigenação cultural e genética em relação aos novos colonizadores (MEDINA, 1988 *op. cit.* QUEIROZ, 2005) (Foto 22).

Com a crise do ciclo da borracha, Mamirauá passou a receber comerciantes e trabalhadores que tinham abandonado as regiões de extração a oeste da região, passando a viver de produção de lenha para abastecer os navios a vapor e viver da pesca, especialmente de pirarucu, peixe-boi e tartaruga (IDS, 1996).

A maior parte dos assentamentos humanos ocorreu ao longo dos rios Japurá e Solimões. Do ponto de vista da dimensão política da territorialidade desses assentamentos, o grupamento inicial deu-se por famílias nucleares organizando-se em grupos domésticos por

laços de parentesco, com a sobrevivência assegurada pelo trabalho de divisão familiar (LIMA & AYRES, 1992).



Patrícia Spina

Foto 22 Características da população de Mamirauá

A partir dos anos setenta, esses grupos domésticos foram incentivados a se organizarem como “comunidades” com liderança política eleita pelos moradores (Foto 23), sob a orientação dos adeptos do movimento das “comunidades de base” da Igreja Católica (Idem, 1992).



L.C. Marigo

Foto 23 Assembléia Geral da Comunidade

Na luta pela preservação dos lagos comunitários contra a pesca predatória profissional, importante fonte de alimentação e renda da população moradora, essas comunidades acabaram participando ativamente da implantação da RDS Mamirauá e durante esse processo, organizaram-se também em setores liderados por coordenadores locais (IDS, 1996).

Em função das condições ambientais da várzea, os moradores de Mamirauá foram aprendendo a compreender essa dinâmica ambiental e a se adaptar à vida em casas tipo palafita ou sobre balsas flutuantes, de modo a evitar a invasão das águas em sua moradia durante as cheias (RODRIGUES 2002). As casas tipo palafitas são construídas sobre pilstras de madeira a um certo nível do solo (Foto 25), enquanto que as casas flutuantes são construídas sobre enormes troncos de árvores que tenham densidade bem menor que a água e ficam boiando no rio, atracada às suas margens (Foto 24). As moradias, de modo geral, feitas de madeira e telhado de palha, quase sempre apresentam uma estrutura bem simples, de apenas três cômodos (apenas um quarto), facilitando sua locomoção. Durante as cheias as comunicações entre as residências só se dão através de canoas.

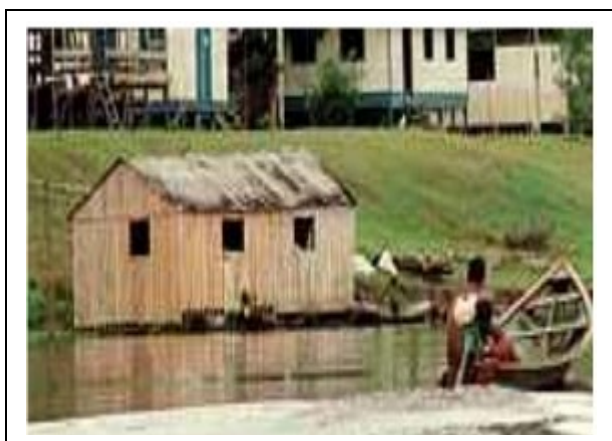


Foto 24 Balsa Flutuante

Udaeta et al, s/d.



Foto 25 Casa tipo palafita

Udaeta et al, s/d.

A sazonalidade das águas define ainda o calendário das atividades econômicas como também a intensidade de cada atividade. As atividades predominantes das famílias são a pesca, a agricultura familiar e a extração de madeira, combinando-se produção de consumo com aquela destinada à venda (IDSME, 1995).

No período da seca a pesca é predominante e mais rentável de todas (Fotos 26 e 27), associando-se à agricultura de consumo doméstico. O morador da várzea precisou adaptar sua produção às condições ambientais, criando hortas suspensas e currais flutuantes (Fotos 28 e 29), para salvar as plantas e animais domésticos durante as cheias (vacas, galinhas e porcos).



Canal Ciência

Foto 26 Pesca do pirarucu



L. C. Mariso

Foto 27 Preparo do pescado



L. C. Mariso

Foto 28 Horta suspensa dos moradores de Mamirauá



IDS-1996

Foto 29 Curral flutuante (maromba) em Mamirauá

No período da cheia, a agricultura se torna inviável e a pesca escassa, de modo que a atividade extrativista vegetal assume papel principal. Nesse sentido, durante a seca, parte da mandioca colhida é transformada em farinha (Fotos 30 e 31) para garantir a alimentação na época das cheias.



IDS-1996

Foto 30 Preparo da mandioca para farinha



L. C. Marigo

Foto 31 Preparo da farinha de mandioca

A madeira cortada é reunida em jangadas e escoada pelos rios para as empresas madeireiras. A produção sai em regatões, adquiridas por comerciantes itinerantes (Foto 32), que mediam um sistema de aviamento mantido entre as famílias locais e as empresas compradoras (Idem, 1996). Esse sistema não traz retorno em termos de melhoria significativa da qualidade de vida das famílias produtoras. Os preços de compra da madeira são extremamente baixos, enquanto que os produtos aviados apresentam preço muito acima do mercado, criando uma relação de profunda dependência (Idem, ibidem).



IDS-1996

Foto 32 Extração de madeira

As unidades domésticas de produção têm trabalho autônomo e garantem acesso de uso dos lagos comunitários, quando integrados à comunidade politicamente constituída dentro da reserva. Esse direito foi constituído como valor interno ao local, uma vez que as várzeas são propriedades do Estado (da Marinha).

A sobrevivência humana na várzea amazônica, como se pôde avaliar, exige grande esforço adaptativo da população, inclusive condicionando as famílias a um comportamento migratório, especialmente no caso de enchentes excepcionais.

CAPÍTULO III

COMPLEXIDADE E GESTÃO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE LOCAL

O objetivo desse capítulo é identificar o tipo de iniciativa e as características das ações adotadas no processo de gestão territorial nos três exemplos de complexidade local selecionados para análise, observando-se os princípios de gestão adotados e as implicações em termos conectividade, convivência ou conflito entre as diferentes formas de territorialidade ali instaladas de fora para dentro e dessas com a territorialidade endógena e multidimensional construída pela coletividade local.

3.1 GESTÃO TERRITORIAL DO PARQUE NACIONAL DE IGUAÇU

3.1.2 Criação e regras de normatização do Parque Nacional do Iguaçu.

3.1.1.1 Criação do Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado através de decreto federal em janeiro de 1939. Sua criação surgiu como estratégia política de Estado no controle da faixa de fronteira e associada às políticas de colonização, no contexto de políticas ambientais do país (BONASSA, 2004). Ganhou esse nome por incluir em sua área importante parte do rio Iguaçu, aproximadamente 50km, assim como as mundialmente conhecidas Cataratas do Iguaçu.

A idéia do “parque nacional” tinha sido inspirada no Yellowstone, primeiro parque nacional do mundo, criado em 1872 nos Estados Unidos e ampliada em 1933, por

ocasião da primeira “Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural”, realizada em Londres. Partindo-se de uma visão separatista entre o homem e seu ambiente natural e, do pressuposto de que o homem era o principal agente de degradação da natureza, a idéia defendida nessa convenção era a criação de parques que aparecessem como ilhas de preservação, livres da presença humana e em áreas de controle público (DEAN, 1997). Deveriam ter o objetivo de propagar, proteger e preservar, tanto a fauna e flora nativa, como os objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico (Idem, 1997).

As proposições da convenção internacional foram incorporadas na Constituição Brasileira de 1934 e redundaram na criação do Código das Águas e Código Florestal. Assim, nas novas regulações, a responsabilidade pela proteção das belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico passava a ser do Estado (Idem, *ibidem*).

Em 1986, o Parque Nacional de Foz do Iguaçu foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como “Patrimônio Natural da Humanidade”, por ter sido considerado a última grande amostra do Domínio da Mata Atlântica que cobre grande parte da bacia do Prata (BADIN et al, 2003 p. 04:05).

No Brasil, segundo Brito (2000 *apud* BONASSA, 2004) entre 1937-39, os atributos estéticos e paisagísticos foram os principais motivos da criação de áreas protegidas. Mas como no período 1959-1961 começou a maior pressão das atividades econômicas sobre ecossistemas (especialmente Cerrado e Pantanal), mais 12 parques foram criados. Entretanto, o maior número desses parques surgiu a partir de 1979, diante da ameaça que significou o avanço da fronteira agrícola modernizada (Idem, 2000).

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado em 2000, o PNI ficou enquadrado entre as 56 unidades categorizadas como “parque nacional”. O conceito predominante do Estado a respeito dessa categoria de unidade de conservação no SNUC ainda é ligado à abordagem da Convenção de Londres de 1933, de natureza positivista e que percebe a territorialidade humana separada do ambiente em que foi construída. E, nesse sentido, a conservação ambiental não prevê ocupação humana. Predomina a visão biológica de “intocabilidade do ambiente”. Nela, apenas o ambiente natural é percebido como sistema. A dimensão social e a coletividade humana não fazem parte dessa abordagem ecológica. A preocupação ambiental prioriza os efeitos impactantes das ações econômicas, especialmente daquelas mediadas por tecnologias agressivas ao equilíbrio dinâmico da natureza. O homem é visto em termos de população e sua ação como fator apenas de desequilíbrio ecológico (antropismo). Não é atribuída a devida importância que a sociedade tem de promoção do equilíbrio dinâmico do ambiente em sua multidimensionalidade.

Nesse caso, é a sustentabilidade do ambiente natural que prevalece sobre outras dimensões do ambiente (social, econômica, cultural, política) e as regras de sustentabilidade são estabelecidas de fora para dentro do território (pelo Estado). Desse modo, considerado uma “unidade de proteção integral”, o parque nacional tem como objetivo precípua a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Nacional do Iguaçu apresenta uma área de 185.262,5 hectares e 400 quilômetros de perímetro. E atualmente, esse território de preservação do Estado aparece como uma ilha da floresta atlântica remanescente, em meio a territórios agrícolas modernizados, principalmente de cultura de soja, em contexto de fronteira do estado Nacional.

Do lado argentino, com quem o parque faz fronteira, foi implantado o Parque Nacional Iguazu, criado em 1934 (implantado 05 anos antes do brasileiro). O limite entre os dois parques nacionais é formado pelo rio Iguaçu, que nasce próximo a Serra do Mar, em Curitiba, e percorre todo o Estado do Paraná, numa extensão de cerca de 1.300 quilômetros. A foz do rio Iguaçu, junto ao rio Paraná constitui o espaço da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

3.1.1.2 *Órgão e instrumentos de gestão ambiental*

Entre 1967 e 1989, a gestão do parque esteve sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir de 1989, ele foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como fruto da junção do IBDF com outros órgãos do governo federal (SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA). O IBAMA, atualmente, responde diretamente pela gestão ambiental do parque e indiretamente pela área de visitação pública, entregue em forma de concessão a empresas privadas.

O plano de manejo é o documento técnico mais importante da unidade de conservação do Estado e que detém as regras de uso e ocupação. Ele foi elaborado em 1981, quando nascia a política nacional do meio ambiente. Nessa oportunidade, definiu-se o zoneamento⁸ do PNI, principal instrumento de normatização, incluído no Plano de Manejo.

⁸ “Zoneamento”, de acordo com a lei do SNUC diz respeito à “definição de setores ou zonas em uma Unidade com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Foram propostas sete (7) categorias de zonas dentro da unidade (Mapa 07): (01) Zona Intangível; (02) Zona Primitiva; (03) Zona de Uso Extensivo; (04) Zona de Uso Intensivo; (05) Zona Histórico-Cultural; (06) Zona de Recuperação; (07) Zona de Uso Especial.

A “Zona Intangível” é considerada aquela em que a primitividade da natureza ainda permanece intacta e abrange 60% do PNI. Destina-se ao mais alto grau de preservação, por ser considerada matriz de repovoamento das outras áreas mais degradadas. Aí só se permite fiscalização a pé e aérea, além de atividades de pesquisa e monitoramento.

Enquadram-se na “Zona Primitiva” as áreas que já tenham sofrido pequena ou mínima intervenção humana e que contenham espécies (flora e fauna) ou fenômenos naturais de grande valor científico. Além de assegurar a integridade da zona intangível, ela é considerada área de proteção de ambientes naturais (lagos, nascentes etc.) e sítios arqueológicos. Nela deve ser facilitada a atividade científica, a educação ambiental e formas primitivas de recreação (sem construção de infra-estrutura e sem trilhas ou picadas) e a fiscalização só pode ser a pé e aérea.

A “Zona de Uso Extensivo” constitui-se daquelas áreas naturais com alguma alteração humana e o objetivo é manter o ambiente natural com uso público de mínimo impacto humano. Nesse caso, oferece acesso à visitação pública apenas para fins educativos e recreativos, em baixa intensidade, tanto em número de pessoas, quanto em presença de infra-estrutura e outras facilidades (somente a indispensável). Nesse caso, é necessário elaborar projeto específico.

Já a “Zona de Uso Intensivo”, considerada aquela constituída tanto por áreas naturais como por áreas de alterações antrópicas, destina-se a abrigar centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços. Contempla a área da Sede do Parque, a trilha do Macuco e toda a área de visitação das Cataratas, incluindo o Hotel das Cataratas e Porto Canoas. Compõem a Zona, ainda, os PIC de Céu Azul e de Santa Tereza do Oeste. O objetivo dela é facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio. No entanto, as construções precisam se harmonizar e se integrar à paisagem. Pode haver trilhas e a circulação de veículos particulares e do Parque limita-se a locais previamente definidos.

A “Zona Histórico-cultural” é aquela próxima da zona de uso intensivo, onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas. Essas obras devem ser preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público. Servem à pesquisa e uso científico, assim como à educação.

3.1.1.3 *Área administrativa e de fiscalização do parque*

A sede administrativa do parque, sob os cuidados do IBAMA, como foi colocado, ocupa a chamada “Zona de Uso Especial” construída entre 1945 e 1954 em estilo neoclássico (Foto 33) fica a 1.100 m do portão de entrada do PNI. Abriga a administração, além de ambulatório médico, armazém de cooperativa, apartamentos funcionais, 02 auditórios (capacidade para 60 pessoas, e 40 pessoas), sala com exposição permanente.



Foto 33 Sede administrativa do IBAMA

A sede administrativa ainda conta com a Escola Parque, o Batalhão de Polícia Florestal (Foto 34), almoxarifado, oficina de manutenção, garagem, laboratório básico de pesquisas, 15 casas funcionais e um Posto de Informação e Controle (PIC) no município de Céu Azul.



Foto: 34 Posto do Batalhão de Polícia Florestal

A estrutura administrativa gira em torno de 62 pessoas (funcionários do IBAMA e terceirizados).

A fiscalização se dá por meio de um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado. O IBAMA mantém 66 Policiais Florestais, responsáveis pela execução do policiamento ostensivo, preventivo e repressivo nas regiões de florestas e mananciais (IBAMA, 2006). A missão desse policiamento é a de preservar as riquezas naturais a fim de evitar o desequilíbrio ecológico. Além da rotina de fiscalização, também são realizadas outras operações, como a Operação Binacional, que ocorre em conjunto com o Corpo de Guardas-parques Argentinos, responsáveis pela proteção do Parque Nacional Del Iguazú (Idem, 2006). Usam a estrutura de posto-sede e de mais três pontos de apoio dentro do parque e veículos motorizados para transporte em terra e água. Em casos em que a fiscalização aérea e as operações no interior do parque se dão em áreas de difícil acesso por terra, os policiais contam com o apoio do Núcleo de Operações Aéreas do IBAMA (NOA) utilizando-se dos helicópteros. Também contam com apoio, em casos especiais, de empresas particulares parceiras.

3.1.1.4 A pesquisa científica e o estágio dentro do parque

A pesquisa científica em unidades de conservação é vista pelo Estado como fonte progressiva de geração de conhecimento que possibilitam o melhor entendimento das questões no manejo dos recursos naturais, culturais e históricos da unidade. Ela aparece no PNI em um dos quatro (4) setores incorporados à “Área de Conservação de Manejo”, um departamento que coordena ações de manejo e proteção dos recursos naturais da unidade.

Esse departamento é responsável pelo gerenciamento de todo processo que envolve pesquisas científicas dentro e no entorno da unidade, tendo sido reformulado em 2001.

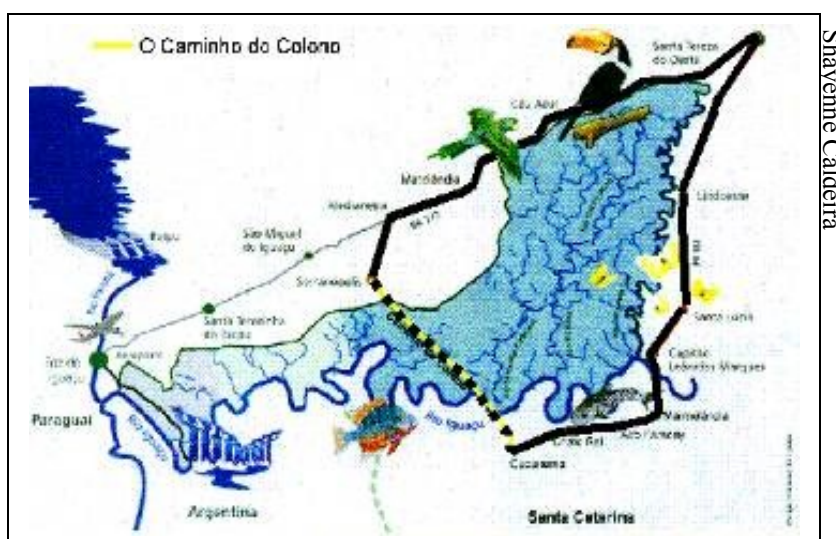
Além da pesquisa esse departamento responde pela co-orientação do programa de estágios e capacitação e treinamento de estudantes. O programa de estágios é desenvolvido em parceria com a Associação Mata Ciliar e tem como objetivo promover a aprendizagem social, profissional e cultural.

3.1.2 Desterritorialização da coletividade agrícola local pela desapropriação

3.1.2.1 A desapropriação

Embora o parque tenha sido criado por lei em 1939, a área começou a ser preparada para esse fim, desde 1930, com processo de levantamento e diagnóstico. Mas, o levantamento dos recursos naturais a serem preservados para garantir a construção de um território de preservação da dimensão natural do ambiente local, segundo os ideais do Estado, incluiu uma ação paralela de desterritorialização dos atores relacionados à dimensão social historicamente construída no lugar.

A desterritorialização deu-se através da desapropriação e esvaziamento das famílias de colonos que haviam se instalado na área delimitada do parque, um processo conflituoso que se estendeu até 1978. Desse modo, somente em 1980, o governo federal pode decretar como utilidade pública as áreas rurais que antes estavam encravadas no parque. O único elemento que se manteve da territorialidade extinta pela desapropriação foi a via de ligação que os colonos mantinham com as áreas de mercado e que atravessava o parque na ala oeste em 17,6 km (Mapa 08), ligando Serranópolis do Iguaçu (Oeste) e Capanema (Sudoeste) aos Municípios paranaenses e liga dois pontos de divisas do parque: Capoeirinha (Serranópolis) e Porto Moysés (Capanema). A antiga estrada federal BR-163 transformou-se na atual PR-495 (via pública estadual). A estrada, além de ligar o Oeste ao Sudoeste do Paraná, reduz o trajeto entre os municípios de Serranópolis e Medianeira e Capanema. Por outro lado, além das dificuldades impostas a um grande número de pessoas que dependem desse caminho e que precisa ampliar sua viagem em até 200 km sem ela, segundo alegam as coletividades locais, a estrada econômico-social exerce papel importante ao local, além de fazer parte da memória coletiva de passado histórico da colonização, concorrendo para estabelecer elos familiares e identitários de cunho local/ regional.



Mapa 08 – Estrada do colono

Em 1981, com a proposta de zoneamento, a área do leito da estrada era classificada como sendo Zona de Uso Especial, cortando dois trechos de Zona Intangível⁹, esta última considerada de proteção máxima. No entendimento dos estudiosos, a estrada interditava caminhos naturais de animais, que deveriam ser privilegiados em relação ao caminho humano, de modo a garantir o fluxo gênico das espécies.

Em 1986, logo que a UNESCO integrou o parque ao patrimônio natural da humanidade, alguns ambientalistas se mobilizaram para interditar a chamada “estrada do colono”, conduzindo a uma ação do Ministério Público Federal que resultou em uma liminar da justiça condenando o IBDF a manter a referida estrada fechada aos transeuntes humanos e a adotar medidas de restauração do ambiente natural. A ruptura do elo das duas regiões causou indignação dos habitantes locais. A partir de então, a trajetória da estrada do colono tornou-se objeto de disputas e de conflito entre as ONGs ambientalistas e a comunidade local (BONASSA, 2004). O primeiro grupo de atores foi capitaneado pela ONG “Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA)” sediada em Curitiba e as coletividades moradoras dos municípios envolvidos pela perda do acesso criaram a “Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC)”. É preciso salientar que, durante a elaboração do plano de manejo, enquanto as ONGs ambientalistas participavam amplamente do processo, as coletividades locais interessadas acabavam sendo convidadas para eventos programados em situações esporádicas e, principalmente no momento de apresentar o plano praticamente pronto, caracterizando uma forma de participação um tanto assimétrica (Idem, 2004).

Assim, no campo dos conflitos, a visão manifestada pelos ambientalistas e corroborada pelo Estado tomava a conservação da natureza como um fim e considerava o parque como um “patrimônio de todos”, revelando uma racionalidade do tipo instrumental, numa abordagem em que o homem local degrada o ambiente na reprodução da atividade econômica agrícola por meio dos instrumentos tecnológicos de produção (Idem, ibidem). Já para as coletividades locais e ambientalistas adeptos de suas idéias a manutenção da estrada aberta significava a legitimação de um direito histórico, oriundo da ordenação do território de colonização agrícola, cuja racionalidade estava pautada em valores culturais e na importância dos fins econômicos da estrada (Idem, ibidem).

⁹ É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas.

Em 1994, o IBAMA optou por um Plano de Ação Emergencial (PAE) para propor a revisão do Plano de Manejo em 1997, de cujo resultado emergiu as obras de revitalização em 1999.

Ainda em 1997, a AIPOPEC que percebia o parque como desintegrado do território construído e vivido pelas coletividades locais, contou com o apoio de deputados e prefeitos e da mídia local na apresentação da proposta “Integração Regional do Parque Nacional de Iguaçu”. Essa tinha como meta a revitalização dessa unidade em termos econômicos, culturais, políticos e ambientais que possibilitasse essa integração com o território vivido das coletividades, com sugestões de controle e minimização de impactos. Paralelamente, solicitou a suspensão formal da liminar que interditou a estrada do colono e apoiou a ocupação da mesma¹⁰, resultando em sua abertura até junho do mesmo ano (BONASSA, 2004).

Nas negociações com o IBAMA, que pedia a desocupação da área à coletividade local, enquanto faria uma revisão no “plano de manejo”, houve um compasso de espera. O IBAMA, diante da pressão da UNESCO que ameaçava o parque de perder a condição de “patrimônio natural da humanidade” e das ONGs externas, no lugar da prometida revisão, solicitou um estudo técnico que fortalecia as razões do fechamento, anexando o referido estudo ao plano de manejo (Idem, 2004).

No novo plano, tendo como justificativa a forte degradação das áreas contíguas, de ambas as margens, causada pelo impacto da estrada, esta passou à categoria de “Zona de Recuperação”, portanto, com maior grau de proteção, impedindo o seu uso, a não ser para atividades científicas e de recuperação. A Zona de Recuperação abrange uma faixa de 4 km de largura, sendo 2 km de cada lado da estrada, estendendo-se por uma faixa de 1 km na margem direita do rio Iguaçu.

Como resposta, a coletividade local já promoveu mais duas ocupações da estrada do colono (Foto 35), com novos processos de abertura e fechamento da estrada. Entretanto, o processo continua tramitando na justiça, enquanto novas propostas conciliadoras estão sendo colocadas em pauta, tais como a transformação da estrada do colono em “estrada-parque” ou alterações de engenharia para conciliar a passagem de animais e de pessoas como o ecoviaduto (Figura 01), túnel elevado, entre outros (Idem, ibidem). Também outras formas de compensação pela desterritorialização vêm sendo ofertadas, como a construção de novas

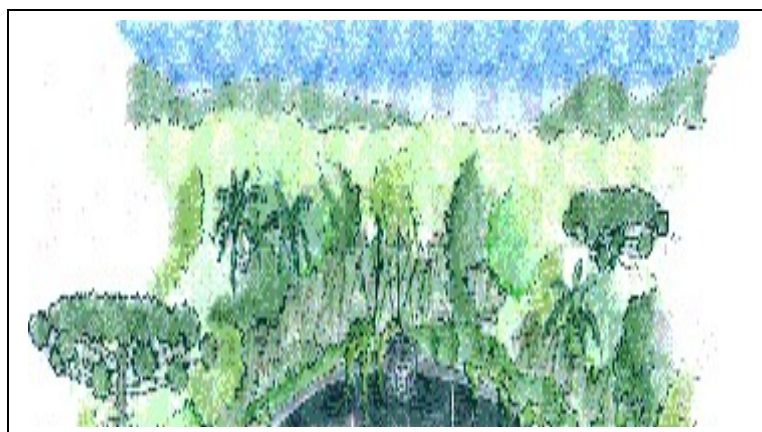
¹⁰ Segundo cita Bonassa (2004, p. 17) “No dia 13 de maio, uma grande manifestação popular foi promovida com a ajuda de uma rádio comunitária. Os colonos realizaram um ato simbólico através de um “abraço ecológico” na Estrada, unindo os manifestantes de Capanema e de Serranópolis”. Essa manifestação teria mobilizado cerca de 30 mil pessoas, que desfilavam de forma organizada, carregando flores brancas na mão.

estradas asfaltadas de ligação regional e uma ponte internacional sobre o rio Santo Antônio, ligando Capanema com a Argentina.



Jornal Hoje

Foto 35 Situação da Estrada do Colono



Sharonana Colônia

Figura 01 Eco-viaduto como proposta de reutilização da estrada do colono

3.1.3 Territoriidade dos serviços das empresas privadas dentro do parque

3.1.3.1 *Programa de Concessões de Serviços a Empresas Privadas*

O Estado mantém uma política de concessão de serviços a empresas privadas na “zona de uso intensivo”, com a licença para investir e explorar o potencial turístico do parque,

responsável pela manifestação de um novo tipo de territorialidade econômica dentro da unidade de conservação.

Desde o final 1959, a União mantinha um sistema de concessão dos serviços de hospedagem dos visitantes do parque no Hotel das Cataratas (Foto36), dado à Realtur S/A Hoteleira ligada Real S/A Transportes Aéreo, que começou a funcionar em 1961. A concessão passou, em 1967, à Fundação Ruben Berta, do grupo Varig, quando essa adquiriu o controle acionário da Realtur S/A Hoteleira. O grupo Varig constituiu a Companhia Tropical de Hotéis e mantém a referida concessão até os dias atuais, empregando um número em torno de 300 pessoas. Atualmente, o imóvel, com 203 apartamentos, situa-se na “Zona de Uso Intensivo” e pertence ao Serviço de Patrimônio da União (SPU).



condorjourneys-adventures

Foto 36 Hotel Tropical Cataratas

Em 1981, o plano de manejo do PNI previu uma “zona de uso intensivo” voltado à visitação pública, incluindo nela a área que dá acesso às Cataratas e seu entorno imediato. E em 1982 foi proposto o Plano de Uso Público (PUP), para a área aberta à visitação (educação ambiental, recreação e turismo) cuja extensão atinge apenas 0,3% do total e inclui as cataratas do Iguaçu.

No plano de revitalização do PNI priorizaram-se para o Plano de Uso Público as concessões por processos licitatórios, para o desenvolvimento e implantação de atividades de recreação, interpretação e educação ambiental, sob monitoramento do IBAMA.

No processo de revisão das regras, com tendência à busca de uma forma mais descentralizada de gestão, o IBAMA ofereceu concessão por 15 anos (depois prorrogado até 2020) dos serviços de implantação, operação, administração, manutenção e aproveitamento econômico da área de visitação pública a uma empresa de natureza privada, a “Cataratas do

Iguaçu S/A”, com sede na cidade de Foz do Iguaçu. Seria uma maneira de atrair investimentos privados e de se propor um novo padrão de atendimento.

Mais empresas de turismo contam com a concessão do IBAMA dentro do parque. No espaço “Macuco Safári” opera em trilhas terrestres (caminhadas a pé e com jipes elétricos) e aquáticas (barcos infláveis) duas empresas: a “Macuco Ecoaventura e Turismo Ltda” (opera desde 1986)¹¹ e a “Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda”, que ocupam em torno de 120 funcionários para esse fim (GORINI et al, 2006).

O “Consórcio Escalada Cânion Iguaçu” atua desde 2004 com arvorismo, *rapel*, *rafting*, tirolesa, escalada em rocha e conta com 26 funcionários (Idem, 2006). Também a Helisul Táxi Aéreo Ltda atua desde 1972, com 23 helicópteros e 98 funcionários com serviços de voo panorâmico (Idem, ibidem).

Desse modo, O IBAMA tem proporcionado na chamada zona de uso intensivo do parque nacional, a manifestação de uma forma de territorialidade econômica de empresas privadas na oferta de serviços. Essas empresas assumem a responsabilidade sobre alguns investimentos na unidade, conforme rezam os contratos e repassam uma percentagem ao IBAMA, que varia em cada contrato.

Estudos realizados no período de 2001-2005 permitiram verificar que o programa de concessão de serviços do IBAMA a empresas privadas foi bem sucedido, em termos do aumento da visitação pública e arrecadação do parque, esse sucesso não tem retornado como orçamento para o desenvolvimento da PNI e esse retorno ainda diminuiu de 40% em 2001 para 20% em 2005 (GORINI et al, 2006). Isso indica que os ganhos de arrecadação, de fato não ficam no parque, como prevê a lei do SNUC.

3.1.3.2 Atuação da “Cataratas do Iguaçu S.A”

De acordo com os objetivos sociais a “Cataratas do Iguaçu S.A” atua como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). É a maior empresa concessionária, com um pouco mais de 200 funcionários e meia centena de terceirizados. Para os fins de concessão, foram liberadas 04 áreas de visitação pública no parque, denominadas “espaço” (Centro de Visitantes, Porto Canoas, Naipi, Tarobá). A concessão inclui serviço de bilheteria, loja de *souvenirs*, lanchonete, sistema de transporte dos visitantes e estacionamento. O preço dos ingressos é definido pelo IBAMA¹², prevendo-se participações da empresa nos serviços.

¹¹ Operou antes tanto como concessionária como permissionária do IBAMA.

¹² O IBAMA definiu ainda o chamado “passe-comunidade” num valor bem abaixo dos visitantes (paga apenas os custos do transporte), no intuito de tentar aproximar o parque dos moradores locais.

Entrou em operação no final de 2000, após concluir a primeira fase dos investimentos (Centro de Visitantes e o Espaço Porto Canoas).

Para os fins de concessão, foram realizados dois contratos entre o IBAMA e a Cataratas do Iguaçu S/A. A nova estrutura de visitação do Parque Nacional do Iguaçu implantada desde 2001 origina-se de dois tipos de contratos formalizados entre a empresa e o IBAMA: (01) atendimento aos visitantes: (02) fomento da educação ambiental. O atendimento à visitação pública é feito através do “Centro de Visitantes” (Foto 37) e do transporte dos mesmos pelos roteiros permitidos. Localizado em área externa à reserva, na zona de uso intensivo do parque, com 4.000 m² de área construída coberta e cerca de 50.000 m² de estacionamento, serve para o embarque e desembarque dos visitantes.

Em Porto Canoas, a empresa construiu um restaurante (foto38) vista para a "Garganta do Diabo", incluído num complexo que dispõe de salas de exposições, internet, lanchonete e lojas de *souvenirs*.

No que tange ao transporte interno, foi colocado em prática o novo sistema de visitação do PNI que prevê o aumento do número médio de passageiros em um número menor de veículos e se adequou às regras para reduzir a emissão de gases, poluentes e ruídos, reduzindo o impacto ambiental dentro do parque.



Cataratas do Iguaçu S.A

Foto 37 Centro de Visitantes do Parque

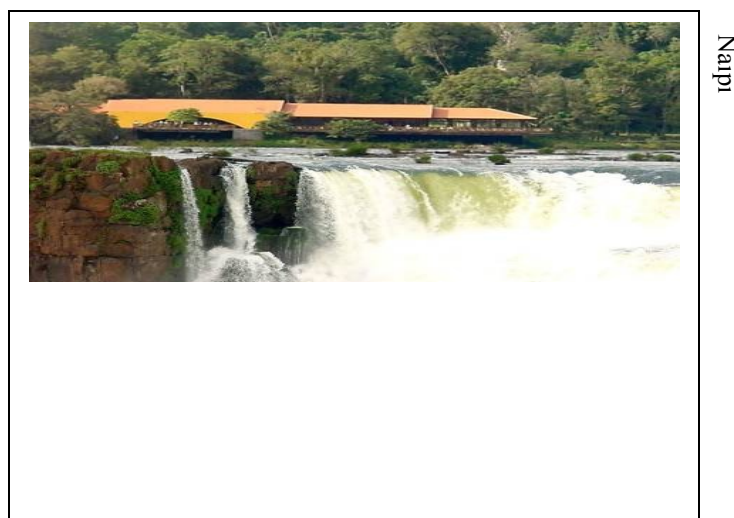


Foto 38 **Restaurante Porto
Canoas**

O transporte de visitantes é feito em oito (8) ônibus panorâmicos (Foto 39), *double-deck*, com capacidade para 72 passageiros sentados. A parte superior é aberta de modo a facilitar a interatividade do visitante com o ambiente de contemplação durante o trajeto até as Cataratas.



Foto 39 **Ônibus para circulação interna no parque**
Fonte: Cataratas do Iguaçu S.A

A educação ambiental no PNI também fez parte do projeto de revitalização realizado em 1999, que deu origem ao Projeto Escola Parque (Foto 40) e o serviço atribuído em forma de concessão à “Cataratas do Iguaçu S.A”, que passou a funcionar a partir de 2000, com o apoio financeiro da empresa concessionária e da *Aventis Pharma* do Brasil.



Foto 40 Escola Parque

O Plano de manejo do PNI, na revisão de 1999, passou a prever a educação ambiental para as comunidades lindeiras ao parque, nas chamadas “Áreas de Desenvolvimento”. A idéia foi a de preparar tais comunidades para participação nas estratégias de gestão, especialmente do turismo ecológico, específicas para o entorno do parque.

O IBAMA contratou empresas de consultoria para o levantamento das potencialidades dessas áreas e elaborou o “Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu”, buscando, ampliar e diversificar as opções de uso público.

Nesse sentido, a educação ambiental tem o papel de instrumento de mediação na aproximação e sensibilização dessas comunidades do entorno sobre o valor do Parque e, ao mesmo tempo, para estimulá-las a contribuir com o planejamento do ecoturismo e da conservação do PNI. Os representantes do Poder Público Municipal, instituições e as comunidades passaram a receber visitas e a serem convidados a participar de oficinas participativas para o conhecimento da proposta, buscando-se identificar os produtos que poderiam ser formatados na região, assim como os pontos positivos e as dificuldades no desenvolvimento da atividade ecoturística. Um Conselho Gestor com a participação desses segmentos sociais visitados deverá dar continuidade ao projeto de um roteiro turístico compartilhado com uma estratégia de *marketing* integrado.

Para o IBAMA, essa seria também uma forma de compensação às perdas econômicas causadas pelas restrições resultantes da implantação do PNI, criando-se nova oportunidade de desenvolvimento. Entende-se que tais atividades possam gerar trabalho e renda para as comunidades lindeiras, ao mesmo tempo em que podem ampliar o tempo de permanência do visitante no Parque (BADIN et al, 2003).

3.2 GESTÃO TERRITORIAL NA FAZENDA RIO NEGRO

3.2.1 A RPPN

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma categoria de área protegida proposta na lei do SNUC, criada pela vontade do proprietário da terra, sem tamanho prévio estabelecido e inspirado no conceito norte-americano de intocabilidade ambiental que deu origem aos parques nacionais, uma vez que a lei vetou o uso direto dos recursos naturais. Difere da chamada “Reserva Legal” que é uma obrigação do proprietário. Nesse caso, a categoria não implica em desapropriação e a gestão não é responsabilidade do Estado.

O Brasil é o único país da América Latina a incluir uma área protegida em propriedade particular. Suas origens estão ligadas ao Código Florestal de 1934, que permitia ao proprietário rural a iniciativa de destinar espaços naturais para proteção, categoria denominada “Florestas Protetoras”.

Em 1977, surgiu uma portaria do IBDF reconhecendo os chamados “Refúgios Particulares de Animais Nativos” como área protegida, aos proprietários que queriam impedir a caça em suas terras. No mesmo sentido, foi aprovada uma nova portaria do IBAMA em 1988, criando a categoria de “Reserva Particular da Fauna e da Flora” diante de solicitação de particulares que pretendiam conservar a biodiversidade em suas terras. Dois anos após, o Decreto Federal 98.914/ 90 regulamentou os princípios de conservação da natureza em terras privadas.

Em 1996, um novo decreto federal nº 1992 passou a permitir o reconhecimento das RPPNs pelos órgãos ambientais estaduais, atribuindo-lhe caráter perpétuo e, em função disso, as propriedades constituídas em RPPN recebem na escritura um gravame perpétuo, ou seja, aquela área será eternamente uma reserva ambiental. Isso quer dizer, que mesmo vendendo a propriedade, os novos donos terão que respeitar essa condição. E finalmente, essa categoria fez parte da lei do SNUC, como unidade de conservação, regulamentada em 2002.

Para que o proprietário da terra tenha iniciativa de criação de uma RPPN basta que ele demonstre a importância relevante da área escolhida em termos de sua biodiversidade, aspecto paisagístico ou de características ambientais que justifiquem sua recuperação. Como compensação, recebe alguns benefícios do Estado, desde que requeridos: (01) isenção do Imposto Territorial Rural (ITR); (02) prioridade na obtenção de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); (03) preferência na obtenção do crédito agrícola nas áreas

remanescentes; (04) maior possibilidade de acordos de cooperação com entidades públicas e privadas em ações de proteção da RPPN. Além disso, o Município pode usufruir de benefício do chamado “ÍCMS Ecológico”.

Uma exigência prevista na lei do SNUC é a de que o proprietário que solicitou o enquadramento da propriedade como RPPN deve elaborar o Plano de Manejo, para o qual existe um roteiro metodológico. Em síntese, após um levantamento diagnóstico ambiental da área, o proprietário deve propor um planejamento técnico com os objetivos específicos de manejo e o desenho do zoneamento. Para cada uma das zonas devem ser definidas as atividades a serem desenvolvidas e as normas de funcionamento. Esse plano de manejo só pode ser implementado, mediante aprovação do órgão ambiental competente.

3.2.2. Criação e regras de normatização da RPPN da Fazenda Rio Negro

3.2.2.1 Criação da RPPN

As condições de isolamento da Fazenda Rio Negro¹³ no Pantanal da Nhecolândia e o estado de preservação do ambiente natural decorrente dessas condições constituíram fatores importantes para atrair o interesse de uma ONG ambientalista de origem internacional, em transformá-la em uma unidade de conservação. Pelo estado de preservação do ambiente, os resultados das pesquisas na fazenda Rio Negro podem se tornar referência na avaliação do grau de degradação de regiões perturbadas no Pantanal.

A “Conservation International” é uma ONG fundada em 1987 na pousada de Tabard em Washington DC, local onde Peter Seligmann e Spencer Beebe, com mais 35 sócios (FELICIANO, et. al. 1999 p. 87). Na luta pela conservação de ecossistemas em perigo, a Conservação Internacional (CI) ajuda a proteger áreas de relevante riqueza biológica. Essa ONG atua na missão de conservar a herança natural da vida na Terra, a biodiversidade global e mostrar para o ser humano, que na sua convivência com o meio ambiente pode haver uma sincronia pacífica, proporcionando uma relação de entendimento, beneficiando ambas as partes (Idem, 1999). Nesse sentido, detém uma variedade de instrumentos, estratégias e metodologias científicas para esse fim.

Em 1990, criou um programa Brasil da Conservação Internacional (CI-Brasil), incorporando cientistas e pesquisadores brasileiros. No Pantanal, a CI vem atuando desde 1993, tanto na proteção de espécies ameaçadas, como no apoio à criação de reservas privadas

¹³ A fazenda Rio Negro ocupa uma área de difícil acesso no centro do Pantanal. Durante as cheias só pode ser alcançada por avião e, quando chove muito, às vezes nem por avião isso é possível.

dentro do Estado. Foi, portanto, grande defensora das idéias incorporadas pela União na criação da RPPN e do SNUC.

Logo que essa modalidade de unidade de conservação pôde ser reconhecida pelos órgãos ambientais do Estado, essa organização mostrou interesse em adquirir a fazenda Rio Negro no Mato Grosso do Sul e, ao mesmo tempo, atrair investimentos na criação do Parque Estadual no Pantanal de Rio Negro (com 78.303 hectares).

A fazenda acabou sendo adquirida da família Rondon pela CI-Brasil em 1999, mesmo ano em que deu início à elaboração e encaminhamento do projeto para aprovação da RPPN pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, segundo os princípios institucionalizados por lei federal. Dos 7.647 hectares de extensão total apresentados pela fazenda, 7000 hectares foram transformados em RPPN, após a aprovação do projeto em 2001.

A CI-Brasil defendia a idéia da implantação do projeto “Corredor da Biodiversidade Cerrado-Pantanal”¹⁴ e pretendia transformar a fazenda em base de pesquisas científicas sobre o Pantanal. Conforme anuncia, seu critério de escolha de área a ser protegida obedece a dois princípios: (01) o grau de ameaça a que as áreas estão submetidas: (02) sua riqueza em biodiversidade.

Para identificar essas áreas prioritárias para conservação, a CI-Brasil procura consultar diversos setores da sociedade, além de oferecer *workshops* e realizar coleta de dados biológicos, socioeconômicos, informações cartográficas, imagens de satélites e outras avaliações.

O objetivo da RPPN foi tentar combinar pesquisa e educação ambiental com ecoturismo, mas para atender o objetivo precípua da unidade, de acordo com a lei do SNUC que é a preservação da diversidade biológica.

3.2.2.2 *O Parque Natural Regional do Pantanal*

Tendo em vista a manutenção das condições já existentes de relativa preservação do ambiente da sub-bacia do Rio Negro e inspirados no modelo de Parque Natural Regional da França (PNRP), vários proprietários de fazendas vinham, desde meados da década de 1980, se organizando e mantendo contatos com a organização francesa para adoção do

¹⁴ O Corredor ecológico constitui-se de um mosaico de terras, geralmente ao longo do leito de um rio importante, com os mais variados usos e categorias de conservação gerenciadas de forma integrada, de modo que a conectividade possa garantir a sobrevivência do maior número possível de espécies biológicas. O Governo de MS adotou o conceito de corredores em sua estratégia de conservação, incorporando-o em sua legislação. Criou ao mesmo tempo o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, além das três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Totaliza 133 mil ha de áreas protegidas ao longo destes corredores.

referido modelo. E desse grupo fazia parte o ex-proprietário da Fazenda Rio Negro. O objetivo era distinguir esse território pantaneiro dos demais, agregando valor aos produtos e lugar, portanto, previa-se a construção de um território econômico diferenciado, com a intenção de se conquistar o mercado nacional e internacional. O resultado esperado seria a ampliação de oportunidade de negócios gerados pela “onda verde”.

Na França, essa proposta surgiu como estratégia de definição e gestão partilhada do território que parte do interesse dos moradores para proteger ecossistemas frágeis e ameaçados por formas inadequadas de exploração. No Brasil, essa iniciativa dos fazendeiros do Pantanal do Rio Negro surgiu como projeto piloto, uma vez que o modelo não foi contemplado pelo SNUC. Foi oficializado pelo Estado de Mato Grosso do Sul em 2002, a partir de um consórcio oficializado entre os proprietários rurais interessados, mediados e orientados por um representante da Federação dos PNRPs da França, a título de um projeto de cooperação técnica bilateral entre Brasil e França¹⁵.

O modelo francês de Parque Natural Regional resultou de intensos debates na Europa, na crítica à abordagem norte-americana dos parques, que exigem a exclusão definitiva das coletividades humanas moradoras, com o ser humano entrando apenas na condição de pesquisador ou visitante (VARGAS, 2006). É criticada ainda por se tratar da defesa de um valor da natureza em si mesma, independente da utilidade que ela possa ter para o homem e vista assim, não passaria de uma grande ilusão (Idem, 2006). Desse modo, o parque no modelo norte-americano passou a ser rejeitado na Europa e nesse sentido, os europeus passaram a apregoar a reintegração do homem na racionalidade do espaço protegido (Idem, *ibidem*). Na França, portanto, a tendência tem sido a de conceber os modelos de espaços protegidos como manejo do território local e o desenvolvimento sustentável das ações humanas, como fruto de iniciativas das comunidades locais.

Por outro lado, a gestão dos espaços protegidos deixou de ser uma atribuição única do Estado e passou a ser visto muito mais como responsabilidade e competências das comunidades locais, com apoio de ONGs e autoridades políticas, envolvendo uma proposta de ordenamento do território pactuado (VARGAS, 2006).

¹⁵ O projeto orçado em torno de um milhão de euros teve como agentes financiadores a União Européia (76%), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (16%) e a Federação dos Parques Naturais Regionais da França (FPNRF) e o Ministério de Assuntos Estratégicos do Estado Francês (8%). A iniciativa contou com ainda com a participação do Grupo de Troca de Experiências do G7 e do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM).

O grupo envolvido criou em 2001 o Instituto Parque do Pantanal (IPP), uma OSCIP que atua como órgão de gestão do PNRP (VARGAS, 2006). Por meio do Decreto 10.906/ 02, o Pantanal tornou-se o primeiro bioma brasileiro com um parque enquadrado como “Área de Proteção Especial”, constituído por livre iniciativa dos proprietários rurais, em terras privadas, dotadas de atributos bióticos, estéticos e culturais, de relevante interesse ambiental (Idem, 2006).

O projeto principal do PNRP é denominado Vitelo Pantaneiro (Vitpan), cujo produto é a “carne orgânica” do vitelo. Em função das condições naturais, o Pantanal tornou-se um tradicional criadouro de gado bovino jovem (novilho). Ele é engordado até os 12 meses para ser vendido a engordadores de outras áreas, quando a ele é agregado maior valor. Trata-se, nesse caso, de uma proposta de aproveitamento máximo com menor idade possível do vitelo (garrote), criado em pastagem natural e sem confinamento. O objetivo é abatê-lo com 10 ou 14 meses de idade, com 150-180 kg de carcaça, obtendo-se uma carne macia, livre de resíduos químicos e com baixo teor de gordura e, nesse sentido, um preço mais elevado. A idéia dos adeptos do PNRP foi valorizar os novilhos, fazendo deles um produto final com base na certificação de origem geográfica e biológica e o aval do PNRP sobre as condições ecologicamente corretas e sustentáveis de produção (JORGE, 2003).

O produto do Vitpan foi lançado, com a presença do Presidente da República e do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ganhou um selo de qualidade fornecido pelo MAPA e pela empresa francesa ECOCERT/ Brasil (Idem, ibidem). Os produtores estiveram presentes em feiras nacionais e internacionais na divulgação da carne do “vitelo pantaneiro”. Tornou-se o projeto mais importante do parque.

Outro programa lançado pelo PNRP foi para a valorização da biodiversidade do Pantanal do Rio Negro, financiado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial e com parceria com o “Centre International de Recherche en Agriculture pour le Développement (CIRAD)”.

O IPP teve papel importante também no apoio à organização da “Associação das Pousadas Pantaneiras (APPAN)”. A proposta foi a de se desenvolver dentro das fazendas, pequenas pousadas (20-30 leitos) que servissem de suporte ao turismo rural e ecoturismo, focadas nas camadas de renda mais privilegiada. Houve ainda intenção de se buscar uma referência padronizada de qualidade de serviços oferecidos e de conforto.

Existiram resistências à criação do PNRP, tanto por parte do IBAMA (governo federal) que preferia a implantação da APA, sem necessidade de chocar com a lei do SNUC, como também por parte do governo estadual que entendia o projeto como algo de interesse

dos latifundiários (JORGE, 2003). Sem o aparato institucional e a política pública de incentivo a esse tipo de modelo, acabou ocorrendo o fim da parceria francesa, reduzindo os recursos para andamento dos projetos do IPP, que enfrenta problemas administrativos e sua sobrevivência tem sido um grande desafio dos adeptos do PNRP.

Como se pôde observar, a RPPN da Fazenda Rio Negro vem construindo seu território como unidade de conservação, mas como integrante de um território mais amplo de área protegida, com abordagens e formas operacionais distintas e inclusive, até certo ponto contraditórias em seus interesses.

O interesse em comum de destaque tem sido em relação ao desenvolvimento do ecoturismo. E nesse sentido, a fazenda faz parte da “Associação das Pousadas Pantaneiras (APPAN)”.

3.2.3 Estrutura de gestão da RPPN da Fazenda Rio Negro

A fazenda Rio Negro, a 240 km de Campo Grande e 120 km de Aquidauna só pode ser acessada por terra em período de seca e com ajuda de veículos com tração em todas as rodas os chamados 4x4. De outro modo, só se chega à fazenda de avião, 30 minutos de Aquidauana e uma hora de Campo Grande. A sede administrativa da fazenda é a mesma que abriga a sede da unidade de conservação e da atividade ecoturística (Foto 41). Nela está presente ainda a infra-estrutura de apoio para ecoturistas, voluntários de pesquisas e pesquisadores.



Fazenda Rio Negro

Foto 41 Vista aérea da sede da Fazenda Rio Negro

A Casa Sede administrativa da fazenda (Foto 42), ainda mantém o estilo original. Possui 2 pisos, com amplas salas e grandes varandas externas e internas, essas em torno de um jardim. Apresenta acomodações para 09 pessoas, com 2 suítes de casal, 01 apartamento com 3 camas de solteiro e outro com uma cama de casal e outra de solteiro.

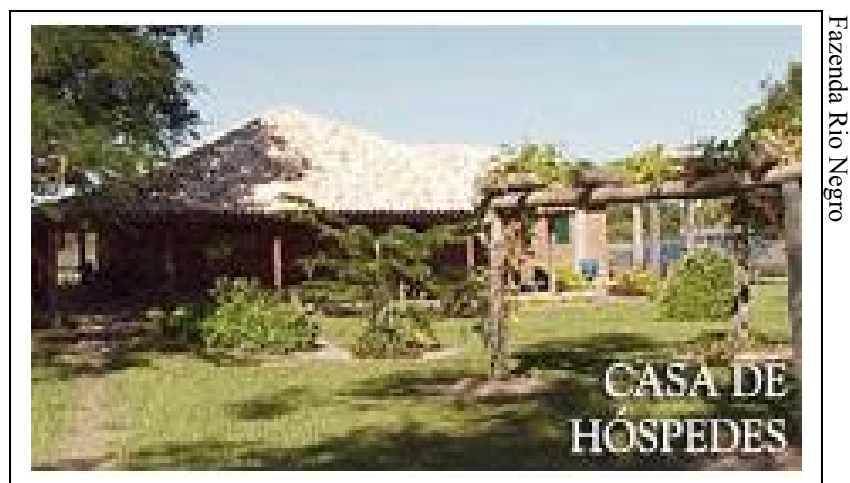


Foto 42 Casa original da Sede da Fazenda



Foto 43 Um dos quartos da casa sede

A Casa de Hóspedes (Foto 44), que aparece na condição de pousada da fazenda, destinada principalmente aos ecoturistas fica a cerca de 100 metros da casa sede, com 05 apartamentos e capacidade para 18 pessoas (Fotos 45 e 46).



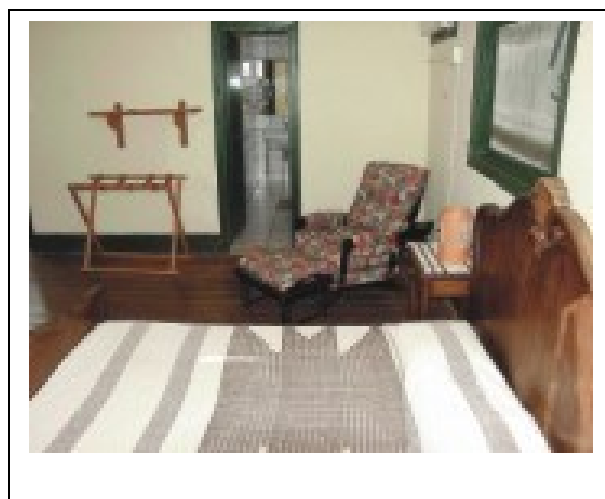
Fazenda Rio Negro

Foto 44 Casa de Hóspedes



Fazenda Rio Negro

Foto 45 Acomodações em apartamento de solteiro



APPAN

Foto 46 Acomodações em *suíte*

Já a Casa dos Pesquisadores (Foto 47), que além deles abriga estagiários (de pesquisa, de turismo e hotelaria) e voluntários da ONG *Earthwatch*¹⁶ fica ao lado da Casa Sede. Ela se estrutura em 4 apartamentos com 4 camas de solteiro cada (16 lugares). Ao todo, a fazenda consegue abrigar 42 hóspedes.

¹⁶ Os voluntários arcam com suas próprias despesas de transporte alimentação e estadia para trabalharem como assistentes de um projeto de pesquisa. (MITRAUD, 2003)



Foto 47 **Casa dos Pesquisadores**

Além da sala de refeitório (Foto 48), a sede da Fazenda Rio Negro disponibiliza aos hóspedes e pesquisadores salas de reunião com equipamentos elétricos e eletrônicos para apresentações áudio-visuais. Para os ecoturistas disponibiliza 4 canoas canadenses, 4 barcos com motor de popa e 5 carros, além dos cavalos.



Foto 48 **Refeitório**

3.2.4 Territorialidade da Pesquisa programada

Em 2000, a Conservação Internacional do Brasil fez parceria com o *Earthwatch Institute* para criar o Centro de Pesquisa de Conservação do Pantanal (CRI- Pantanal), buscando engajar e educar a população local, nacional e internacional. Para esse fim contou com o apoio financeiro da Ford Motor Company Fund e das fundações Giles W. e Elise G. Mead, e Marie D. Jeffrey. Trata-se de uma base de pesquisas para receber pesquisadores, em parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa. Portanto, essa atividade, diante de seu tipo de intencionalidade, cria uma territorialidade em rede, mobilizando em direção a ela e colocando em diálogo pesquisadores e estagiários da região, do país e do mundo inteiro.

Com a visão ambientalista de que o homem é sempre o danificador da natureza e de que as relações ecológicas a serem preservadas são apenas as do ambiente natural, preconizada pelo Estado a respeito desse tipo de área protegida, a finalidade desse Centro tem sido o desenvolvimento de pesquisas para subsidiar ações conservacionistas na região do Pantanal. Foram três as metas básicas até 2005: pesquisa, educação ambiental e qualificação profissional.

De acordo com o Relatório apresentado pelo CRI- Pantanal ao *Earthwatch Institute* em 2005, no primeiro caso, privilegiou-se o apoio aos projetos de pesquisa que apontassem alguns tipos de impactos causados pelas atividades das comunidades locais, ameaçadoras da biodiversidade do Pantanal, como por exemplo a criação de gado e a captura de animais selvagens. Os resultados das pesquisas do CPC, de modo geral, têm servido para avaliar as relações ecológicas na natureza e o grau de degradação as regiões perturbadas do Pantanal.

No segundo caso, as ações foram voltadas para uma educação ambiental focada a ampliar o conhecimento ecológico das coletividades locais sobre o ambiente natural, com a idéia de tornar o morador mais “amigo da natureza” e assim poder engajá-lo na defesa da conservação do Pantanal. E, por último, a meta é envolver e qualificar estudantes e profissionais da conservação visando fortalecer os conhecimentos ecológicos e valores do ambiente natural, para que os mesmos possam ser multiplicadores desse tipo de treinamento às coletividades locais.

A CRI – Pantanal pretende ainda criar uma rede de áreas protegidas de uso indireto e direto com manejo integrado na região, com o intuito de garantir a sobrevivência do maior número de espécies da biodiversidade regional.

Em 2003, foram listados na página eletrônica da fazenda 19 projetos de pesquisa em andamento, realizados por pesquisadores brasileiros da Embrapa, universidades, órgãos de pesquisa, todos eles voltados ao levantamento da biodiversidade, compreensão de relações ecológicas e de impactos à saúde animal. O local recebe também voluntários da ONG *Earthwatch*, sendo quase que a totalidade deles provenientes do exterior (Foto 49).

Nesse tipo de apreensão da realidade, não se recorre ao conhecimento tácito dos pantaneiros construído ao longo da vivência territorial, sendo válido o conhecimento obtido por metodologia sistematizada ao rigor da ciência, embora os pesquisadores necessitem do saber dos moradores locais para se orientarem na propriedade, localizar e nomear espécies vegetais e animais. Os guias, de modo geral, tendem a repetir apenas o que aprendem nos manuais e bibliografias especializadas sobre a biodiversidade local e conservação ecológica.



Foto 49 Pesquisa realizada na fazenda

3.2.5 Atividade turística na Fazenda Rio Negro: nova territorialidade econômica

A atividade turística empreendida pela CI-Brasil na Fazenda Rio Negro, considerada de baixo impacto pelo Estado e adeptos do modelo da RPPN deu origem à construção de uma nova territorialidade na dimensão econômica do sistema territorial local. A pousada na fazenda está integrada à “Associação das Pousadas Pantaneiras (APPAN)”, fundada em 2001. Essa entidade tem como principal objetivo a promoção e o ordenamento da atividade turística no Parque Natural Regional do Pantanal, de forma harmônica com a cultura pantaneira e com o respeito à natureza. Ela trabalha no fortalecimento das relações entre

empresários de turismo que investem no Pantanal e busca fomentar a criação de uma política específica para o turismo na região pantaneira.

As atrações da fazenda voltam-se, sobretudo, para a observação da biodiversidade por meio de caminhadas a pé por trilhas, cavalgadas, passeios de barco, pescarias e passeios de jipe (Fotos 50 a 55). Os recursos arrecadados com hospedagem são re-investidos na estrutura e manutenção da Fazenda.



Fazenda Rio Negro

Foto 50 Trilha para ecoturistas



Fazenda Rio Negro

Foto 51 Cavalgada na fazenda



Fazenda Rio Negro

Foto 52 Passeio de barco no Rio Negro



Fazenda Rio Negro

Foto 53 Pescaria no Rio Negro



Fazenda Rio Negro

Foto 54 Passeio de jipe (terrestre)

Fonte: Fazenda Rio Negro



Fazenda Rio Negro

Foto 55 Passeio de jipe (aquático)

Fonte: Fazenda Rio Negro

No exercício dessa atividade a fazenda conta com o apoio de guias oriundos de fora da propriedade, com formação escolar técnica, sendo posteriormente informados sobre a biodiversidade e ecologia local, com apoio de material bibliográfico. Os antigos peões remanescentes e suas famílias compartilham muito pouco dessa atividade voltada ao ecoturismo e, quando ocorre, são quase sempre requisitados como mão de obra para serviços gerais.

Esse tipo de turismo é considerado oneroso, especialmente pelo tipo de acesso à fazenda, geralmente por meio de aluguel de pequenos aviões e, nesse sentido, atrai muito mais turistas de áreas mais distantes, incluindo estrangeiros. De todo modo, a atividade atrai um fluxo constante de visitantes.

Pelas pesquisas de monitoramento realizadas pela CI-Pantanal na fazenda, o período de maior incidência de visitantes tem sido julho. Neste período ocorrem as férias de verão na maioria dos países do hemisfério norte, de onde provém uma significativa demanda de turistas. No Pantanal é época de seca, a visualização de animais é privilegiada, mamíferos e répteis têm diminuídas suas fontes de água, restringindo ou aumentando suas locomoções. As aves pescam fartamente nos resquícios de água onde os peixes se aglomeram, formando bandos miscigenados de diferentes espécies de vida. Um outro fator é a facilidade de locomoção dos visitantes entre as baías e salinas.

Os hóspedes ecoturistas da fazenda, além de serem monitorados a um trabalho de interpretação ambiental, são convidados a participarem dos trabalhos realizados com as comunidades locais.

Além disso, a atividade exige um relacionamento constante com outras empresas do *trade* do turismo, localizadas fora da propriedade, dando origem a um território em rede.

3.2.6 Desterritorialização do sistema de vida anterior da comunidade local

O modelo de unidade de conservação proposto em lei e a metodologia do Plano de Manejo sugerido pelo órgão público, que teve adesão da ONG gestora para implantação na Fazenda Rio Negro, por outro lado, contribuem para promover a degradação do modo de vida anterior das famílias dos peões boiadeiros, especialmente nesse caso em que a prática da pecuária remanesce em pouco mais de 8% da propriedade.

E nesse caso, a desterritorialização é multidimensional, pois a organização social, política e cultural da fazenda foram construídas a partir das relações estabelecidas com base na economia do gado bovino de corte extensivo. Romper com essa prática implica em contribuir para o fim da manifestação dessa territorialidade e saber construído sobre as relações com o meio, ao longo de mais de um século. E as formas de adequação ao meio, como resposta social de adequação nesse modelo de apropriação foi eficaz, uma vez que manteve o ambiente natural da fazenda preservado, motivo da escolha da área pela ONG.

As novas territorialidades baseiam-se na relação com atores externos, que desconhecem esses saberes interiorizados na população tradicional do local, cuja importância foi tão bem apregoadada por Serfaty-Garzon (2003). A gestão proposta dessa forma impõe regras de ordenamento de cima para baixo, de origem exógena, sem valorizar e se servir suficientemente do estoque de saber herdado pela população tradicional nessa construção histórica. E, reportando-se às idéias da autora, o não uso das capacidades locais na prática cotidiana significa perda de poder por parte do segmento social desterritorializado.

Por outro lado, nessas condições a presença de hóspedes pode-se apresentar de forma invasiva à cultura local, tornando-a mais vulnerável à desarticulação.

3.3 GESTÃO TERRITORIAL DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

3.3.1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) diferencia-se das duas categorias anteriores, por se tratar de uma unidade de conservação em que é permitido o uso direto dos recursos naturais, desde que feito em moldes sustentáveis e abrigue populações tradicionais. O que o torna similar ao parque nacional é o fato de ser área de domínio público, incentivar pesquisas sobre o local e o ecoturismo.

Essa categoria é bem mais recente e representa uma postura mais amadurecida do Estado em relação à proteção ambiental, uma vez que preconiza a conservação, contemplando as coletividades locais no conjunto das relações ecológicas. A visão ecológica, portanto, avançou para uma abordagem mais holística, incluindo a dimensão social, portanto sócio-ambiental. Mas, para isso, exige que as populações sejam tradicionais do lugar, comprovando experiência anterior de desenvolvimento de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais ao longo das gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Também parte do pressuposto de que essas formas atividade devam desempenhar papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Nesse caso, além de proteger a natureza, buscaram-se os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações envolvidas, como também valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

A lei do SNUC incorporou essa modalidade de unidade de conservação e propõe que a gestão tenha o perfil de uma “governança”, organizada sob forma de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração, dele fazendo parte os representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

Essa experiência de área protegida é recente, tendo surgido exatamente em Mamirauá, no Estado de Amazonas. A área tinha sido visitada no início da década de 1980, pelo biólogo paraense, Márcio Ayres, quando este desenvolvia sua tese de doutorado sobre o macaco uari branco (*Cacajao calvus calvus*) espécie endêmica da região. Impressionado com o que conheceu a respeito do lugar e com a ameaça sofrida pelo macaco diante da ação de exploradores da biodiversidade, teve o apoio dos estudos científicos realizados por

pesquisadores do Museu Emílio Goeldi, da Universidade Federal do Pará e do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) sobre o local.

3.3.2 A origem da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Em 1990, no retorno da defesa da tese na Universidade de Cambridge, Márcio Ayres, apoiado pelos pesquisadores envolvidos, propôs e teve o aceite do governo estadual para a transformação do local em unidade de conservação, enquadrando-a como “Estação Ecológica” (RODRIGUES, 2002, p.270).

Durante a elaboração do Plano de Manejo, ao conhecer a experiência organizativa das comunidades locais com apoio da igreja e seu movimento conservacionista de proteção dos lagos das várzeas, a idéia passou a ser a de uma estratégia de conservação da biodiversidade sem que nenhuma comunidade das populações tradicionais fosse desalojada. Também se passou a pensar que essas comunidades deveriam, não só participar do manejo como também deveriam ser as principais beneficiárias dos recursos naturais. Os debates com os órgãos ambientalistas foram intensos.

Os objetivos na criação da RDS de Mamirauá eram os de garantir a conjugação de três elementos: (01) preservação do patrimônio natural, pesquisas sobre biodiversidade e combate à pobreza via promoção do desenvolvimento sustentável (LIMA, 1996). O interesse do governo do Estado pela implantação de corredores ecológicos na Amazônia foi um elemento adicional favorável, quando o cientista e o grupo de pesquisadores propuseram ao órgão estadual, não só a criação da RDS Mamirauá como também da RDS Amanã, com 2,3 milhões de hectares (este criado em 1998), unindo Mamirauá e o Parque Nacional do Jaú, num bloco florestal conectado de 5,7 milhões de hectares.

A opção por essa nova modalidade de área protegida exigiu uma adaptação nos critérios de zoneamento, devendo ser contemplada áreas de preservação total e áreas de uso sustentável, este definido com base em ampla participação comunitária (MOURA, 2005).

A RDS Mamirauá é uma das unidades internacionalmente protegidas pela Convenção Ramsar, da União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN). Além disso, foi proposta para ser integrante da Reserva da Biosfera na Amazônia Brasileira, da UNESCO. Em 2003 foi reconhecida pela ONU como Patrimônio da Humanidade.

3.3.3 Estrutura de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

3.3.3.1 Participação comunitária na gestão

O Projeto Mamirauá teve como uma das vantagens no seu andamento, a presença no local, de comunidades com maturidade na política de organização e habilidade para discutir problemas comuns e a experiência anterior de um movimento ecológico (IDSM, 1996). Desse modo, houve maior facilidade de envolvê-las num processo participativo, já que a intenção do projeto coincidia com os interesses locais de garantir a melhoria do padrão de vida local.

O apoio institucional e financeiro principal vem diretamente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ MCT), além de convênios com outras organizações públicas, como o IPAAM, o IBAMA, do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo inglês, do *World Conservation Society* (WCS), da Comissão Européia (CE) e do apoio de várias instituições.

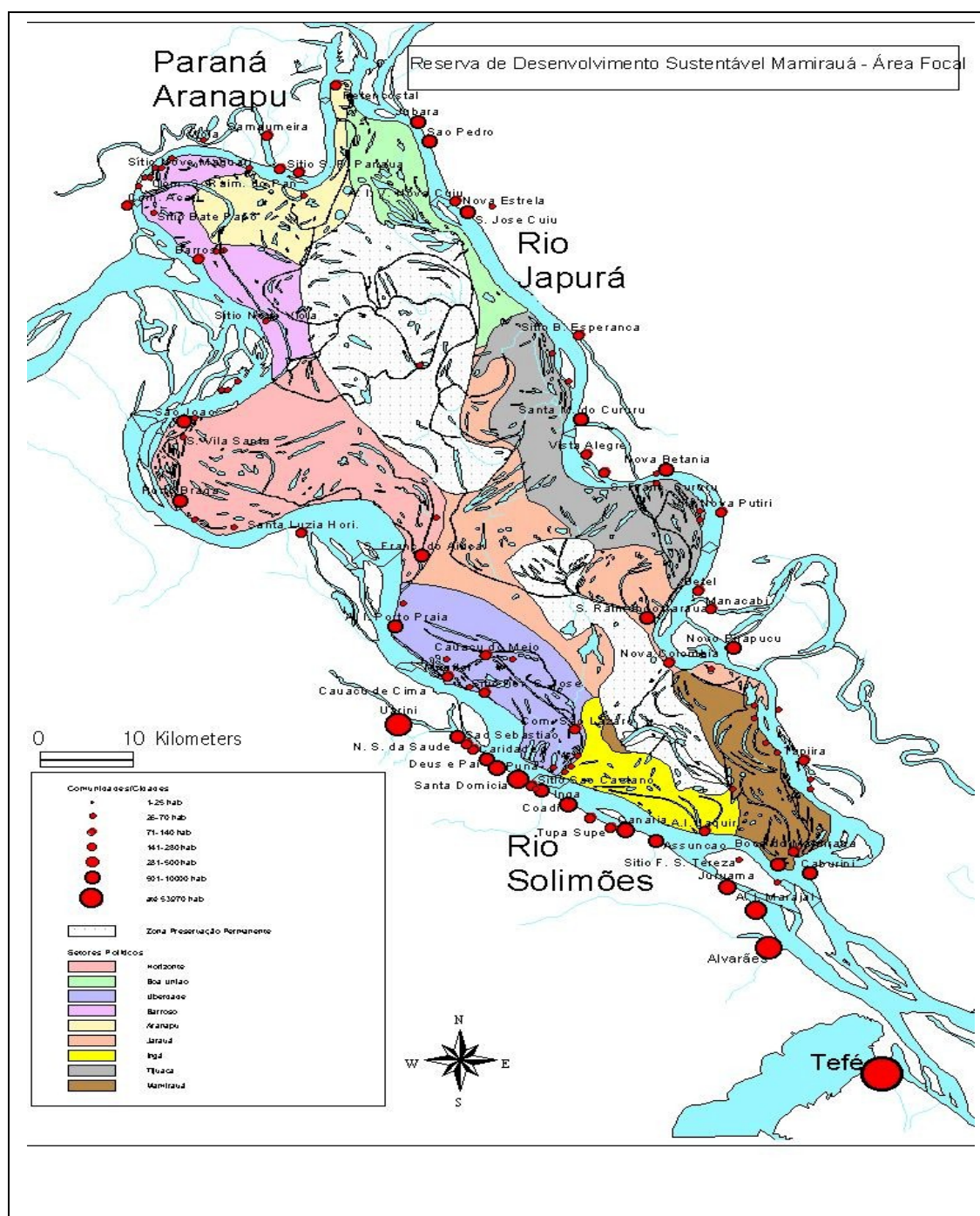
Foram as populações tradicionais de Mamirauá que escolheram o modelo de participação comunitária, com base em uma série de consultas feitas em campo e se organizaram em setores políticos (Mapa 10) com coordenadores que se reúnem bimestralmente (IDSM, 1996). Passaram a realizar Assembléias Gerais anuais, que constituem o fórum deliberativo mais abrangente. Foram escolhidos dois moradores na reserva para serem contratados pelo projeto como assistentes comunitários, visando exercer o papel de mediação entre as comunidades e o projeto (Idem, 1996).

Além das decisões administrativas e políticas, as comunidades locais envolveram-se e tomaram decisões sobre as atividades de pesquisa, extensão e manejo da unidade. Assim, desde 1991 a RDS Mamirauá passou a ser objeto de um grande número de pesquisas científicas, com a assistência e participação permanente de moradores locais (MOURA, 2005).

Na estruturação de um diálogo com as comunidades locais, obteve-se, como se pôde verificar, maior aceitação do projeto e com menores custos de fiscalização na implementação de normas de conservação. Tornou-se um meio mais seguro de implantar e manter estratégias de uso sustentável dos recursos, uma vez que essas comunidades dependiam deles para sua sobrevivência.

Os resultados desses trabalhos científicos vêm retornando às comunidades, servindo de instrumentos para as ações de extensão nos campos da educação ambiental, saúde

e produção de alternativas econômicas, com orientação para o uso sustentável dos recursos naturais. (Idem, 2005)



Mapa 10 Setores Políticos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Fonte: IDSM

Os primeiros trabalhos de pesquisa dirigiram-se para a elaboração de um diagnóstico de base. O objetivo foi conhecer as reais condições de reprodução e sobrevivência da população. Buscaram-se, ao mesmo tempo, indicadores relevantes que pudesse servir de

referência no monitoramento dos efeitos do projeto na sustentabilidade do ambiente natural e na qualidade de vida da população (IDSM, 1996).

Para o zoneamento, foram classificadas duas grandes categorias (área de proteção e área de uso sustentável), que foram sendo adequados ao contexto social local e da conservação da biodiversidade. A zona de proteção (26,4% do total) é dedicada à proteção integral da biodiversidade local e dos recursos genéticos. Nela, não se permiti quaisquer intervenções humanas, inclusive visitas. As únicas atividades permitidas são as pesquisas científicas e a fiscalização. Na Zona de Uso Sustentável (ZUS) os recursos são disponibilizados às comunidades locais, de acordo com regras de sustentabilidade estabelecidas de forma compartilhada e que ainda serve de amortecimento para as áreas de superexploração adjacentes. Dentro dessa segunda categoria foram criadas duas subcategorias: (01) “Zona de Assentamento Permanente (ZAP)” reservada para moradia das comunidades e onde se dão as atividades mais imediatas de sobrevivência das famílias; (03) “Zona de Manejo Especial (ZME)” (30% da área) que tem como objetivo proteger, através de normas diferenciadas, as populações de recursos locais que ficaram de fora das Zonas de Proteção, com exceção de uma ZME que se destina à prática do ecoturismo (Idem, 1996).

A pesca predatória, feita nos últimos 25 anos, com uso de redes malhadeiras e embarcações motorizadas, havia provocado a intensa diminuição da quantidade e do tamanho dos animais capturados, com história de insucesso na tentativa de manejo pelo Estado. Na busca de encontrar um mecanismo capaz de conciliar a exploração dos estoques com a preservação do pirarucu, as comunidades de Mamirauá, no diálogo com os cientistas, passaram a se utilizar de uma forma de manejo comunitário de pesca que os leva a obter pelo menos duas vezes mais peixes que os pescadores vizinhos. Criaram um zoneamento para os lagos¹⁷ associado a uma forma ágil e eficaz de avaliação do estoque da população de pirarucus, com base no conhecimento dos pescadores locais mais experientes. Teoricamente, em 20 minutos, todos os exemplares de pirarucu de um lago têm que boiar ao menos uma vez. Se estiverem assustados, os peixes permanecem até 40 minutos submersos. Alguns pescadores desenvolveram competência para reconhecer e avaliar com precisão (alguns visualmente e outros pelo som da pancada do peixe na água) o estoque de peixes nesse

¹⁷ Nas Assembléias Gerais foi aprovado, por exemplo, o zoneamento concebido para o recurso pesqueiro, os lagos. Os chamados lagos de preservação (procriação) foram incluídos na zona de proteção. Neles nenhuma atividade pesqueira, deixando reservado para os peixes se procriarem, garantindo o repovoamento. Nos classificados como lagos de subsistência, a pesca deve ocorrer apenas para fins de alimentação. Os lagos de comercialização voltam-se para a pesca de mercado e os lagos de reserva são aqueles deixados temporariamente em repouso. Já os lagos de sedes são voltados para atender os pescadores das áreas adjacentes.

momento da “boiada”, ou seja, quando sobem à superfície para respirar (boiar). Um segundo é o tempo necessário para dizerem o tamanho, o peso e o sexo de um pirarucu. Desse modo, um pescador tradicional é capaz de contar de 1 a 2 hectares de lago nesse espaço de tempo com margem mínima de erro, enquanto pelos meios técnicos (com capturas e marcações) isso levaria cerca de três semanas.

3.3.2 Estrutura administrativa

Para a gestão da RDS, Márcio Ayres e equipe formaram uma organização não-governamental, a Sociedade Civil Mamirauá e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS é pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída e devidamente qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial. Funciona segundo normas e regulamentos definidos pelo Conselho de Administração e sua sede fica na cidade de Tefé (Foto 56). A Sociedade Civil Mamirauá é uma ONG sem fins lucrativos que administra o projeto, sendo responsável pelo desenvolvimento de todas as atividades da reserva.

Os órgãos da Administração do IDSM são: Conselho de Administração, Conselho Técnico-Científico e Diretoria.

O Conselho de Administração tem função deliberativa e fiscalizadora superior. A gestão participativa ocorre através de uma agenda com reuniões setoriais bimestrais, quando são debatidos os problemas relativos à gestão ambiental e definidos os encaminhamentos e responsabilidades. Paralelamente tem sido apoiado o fortalecimento da organização familiar, de modo a aumentar a capacidade de reflexão e articulação destas famílias na busca de seus direitos e deveres de cidadãos. A equipe de extensionistas e pesquisadores do IDSM também participam das reuniões, apresentando os resultados das pesquisas, como também para auxiliar nos encaminhamentos com as principais parcerias e na mediação dos conflitos. Os principais encaminhamentos sobre o zoneamento e normas para toda a área da reserva são decididos nas Assembléias Gerais, que ocorrem anualmente.

O Projeto Mamirauá envolve cerca de 130 pessoas, entre pesquisadores, extensionistas e comunitários que trabalham de forma integrada. Além deles, operam cerca de 50 funcionários e mais de 100 pesquisadores visitantes de diversas instituições nacionais e internacionais.



Foto 56 Sede administrativa do IDSMM na cidade de Tefé

3.3.3 Territorialidade da Pesquisa

O IDSMM conta com um grupo de pesquisadores de várias categorias, desde o pesquisador de carreira até os pós-graduandos e estagiários, podendo haver também aqueles especialmente convidados ou associados. Nenhum pesquisador pertence ao quadro de funcionários do instituto. A grande maioria foi contemplada com bolsas e/ ou recursos externos para desenvolver pesquisas no local e todos ficam incluídos em uma política de publicação do resultado dos trabalhos.

Em 2002, o IDSMM amplia sua área de atuação na pesquisa com a implantação do FEPIM-Fundo para Expansão do Programa de Pesquisas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSMM-OS/MCT.

As pesquisas voltaram-se especialmente para o conhecimento da biodiversidade amazônica, definição de uso dessa biodiversidade pelos habitantes tradicionais, ecologia dos componentes estratégicos da biodiversidade, modos de promoção do desenvolvimento social das comunidades tradicionais e apropriação das tecnologias de baixo impacto e adaptadas ao ambiente local.

Além da sede na cidade de Tefé, o IDSMM conta com várias bases de pesquisa flutuantes (Foto 57), de diferentes tamanhos e que contam com alojamentos e espaço para laboratórios temporários e depósito de equipamentos, além de 2 casa não flutuantes. Ainda dispões de 05 barcos regionais e mais de 50 lanchas com motor de popa, 3 veículos terrestres e uma grande quantidade de canoas.



Aguagarden

Foto 57 **Base de pesquisa flutuante em Mamirauá**

3.3.4 *Educação ambiental na melhoria da qualidade de vida*

Existe uma preocupação do projeto da RDS Mamirauá em promover melhores formas de adaptabilidade humana ao ambiente das florestas alagadas, e nesse sentido foi criado um programa específico sobre qualidade de vida. E nele são contemplados 3 sub-programas: educação ambiental, saúde comunitária, tecnologias apropriadas.

As principais ações da educação ambiental são feitas em parcerias com órgãos públicos e privados e se dirigem principalmente para professores e alunos, assim como para educadores ambientais (jovens e mirins) que atuam nas comunidades e em escolas.

Um dos exemplos de educação ambiental que pode ser citado diz respeito àquele resultante do convênio entre a Sociedade Civil Mamirauá e a Esso do Brasil, o Programa Esso-Mamirauá de Educação Ambiental de 2003. Para poder atingir o máximo de crianças e jovens das regiões ribeirinhas, grande parte das atividades educacionais foram realizadas em uma estrutura flutuante e móvel, o Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton (CIEAC). Este centro conta com ampla sala com laboratório, pequena biblioteca, setor de informática, amplo refeitório e alojamentos para professores e 40 alunos (Foto 58).



Esso

Foto 58 **Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica**

Buscar a melhoria da qualidade vida significa ainda para o projeto, produzir e ou adaptar tecnologias às demandas das comunidades, tanto para suas atividades produtivas como para sistemas de saneamento básico. As soluções encontradas através do diálogo entre o saber local e dos cientistas, tornam-se propriedade comunitária. Na área do saneamento básico, por exemplo, algumas inovações adaptadas às necessidades e condições locais já ocorreram, como o uso de energia foltovoltáica, fossas sanitárias adequadas à várzea com materiais mais baratos, sistema de captação da água da chuva para uso doméstico, filtragem dos resíduos fecais da pousada Uacari.

As ações de saúde comunitária são desenvolvidas, em acordo com as principais demandas das comunidades, identificadas através dos levantamentos sócio-epidemiológicos.

3.3.5 A territorialidade do ecoturismo

A atividade de serviços e infra-estrutura de mínimo impacto para servir de receptivo a ecoturistas é desenvolvida na RDS Mamirauá desde 1998 em uma área de 35 quilômetros quadrados, denominada de Zona de Manejo Especial de Ecoturismo.

Essa atividade foi implantada para ser uma fonte de recursos financeiros destinada às comunidades tradicionais da reserva e comunidades usuárias. Em realidade, não foi idealizado para substituir as atividades produtivas tradicionais, mas para ser uma fonte de renda extra para a população local. Em princípio, o ecoturismo é um meio de divulgação da RDS, além de contribuir para desenvolver a consciência ecológica das pessoas envolvidas direta e indiretamente no programa, bem como a manutenção da diversidade biológica e cultural.

As seis comunidades envolvidas diretamente com o programa são aquelas situadas próximas à Zona de Manejo de Ecoturismo. Participam nas tomadas de decisão através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM), no gerenciamento da pousada, trabalhando e fornecendo produtos, recepcionando turistas nas suas comunidades e vendendo artesanato.

A pousada, nomeada de “Uakari Lodge” fica sobre uma estrutura flutuante e consiste em um módulo central que serve de área coletiva (restaurante, sala para vídeos, uma pequena biblioteca, sala para palestras e *deck*) e 5 módulos anexados, onde estão os quartos dos hóspedes que abrigam 10 suítes, ligados entre si através de passarelas (Fotos 59 a 62). Conta com uma piscina de água natural, protegida por telas. Projetada para mínimo impacto, é dotada de energia solar, ventilação natural e sistema especial de filtragem de dejetos.



Foto 59 **Vista aérea da pousada flutuante**

Fonte: Brazil Ecotravel



Foto 60 **Suite da Pousada Uacari**

Fonte: Amazonas Travel



Foto 61 **Unidade da Pousada Uacari**

Fonte: MPE/ Funbio



Foto 62 **Passarela da Pousada Uacari**
Fonte: Amazonas Travel



Foto 63 **Alojamentos da pousada**
Fonte: Amazonas Travel

Esse tipo de territorialidade manifesta-se em rede e atinge níveis internacionais em termos organizacionais e de atração fluxos turísticos. A tendência de aumento de visitantes tem sido crescente. Em 2004, a pousada recebeu 664 hóspedes, 56% estrangeiros e 72% com formação universitária.

O Lodge¹⁸ foi recentemente eleito o melhor destino de ecoturismo do mundo pela revista americana Condé Nast Traveler e ganhou o prêmio *Sustainable Tourism Awards* (Categoria de Conservação) pela Smithsonian & Traveler Foundation. Em Janeiro de 2003, o New York Times também recomendou o Lodge em seu suplemento de turismo.

Esse tipo de atividade tem estimulado a venda do artesanato local. O crescimento e diversificação da produção, ao aumentar o acesso aos recursos naturais, exigiram o acompanhamento dos estudos do programa de pesquisas, solicitados pelas artesãs. Foi o caso, por exemplo, das “cestarias de cauacú”, em função da qual surgiu o estudo que permitiu ampliar o conhecimento das artesãs sobre a ecologia e biologia do cauacú e das tinturas naturais utilizadas e, ao mesmo tempo, do processo e cadeia produtiva do artesanato do grupo envolvido.

Em 2004, após a RDS Mamirauá e Amaná serem reconhecidas como Patrimônio da Humanidade, a sociedade Mamirauá, instituição ligada ao Instituto Mamirauá e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), à qual se ligam 63 comunidades da Reserva Mamirauá e 30 comunidades da Reserva Amanã, ganhou o *Equator Prize* (Prêmio Equatorial), uma das mais importantes premiações internacionais para projetos de

¹⁸ São meios de hospedagem ambientais ou ecológicas, geralmente localizados em área de selva ou de atrativos naturais preservados. Pode-se encontrar hoje além dos lodges de selva os lodges de neve. Preferencialmente erigidos com materiais ou métodos construtivos característicos da região, visando integrar seus usuários ao ambiente.

conservação da biodiversidade do planeta¹⁹ pelo trabalho de desenvolvimento sustentável aliado à preservação da cultura local, tendo concorrido com 440 projetos de 77 países da região intertropical (Prêmio Equatorial). O prêmio foi na categoria "Reconhecimento pela iniciativa comunitária associada a um Sítio do Patrimônio Mundial" e foi concedido pelo sucesso do trabalho na integração da conservação ao estilo de vida local, especialmente por promover a redução da pobreza, por meio da conservação e do uso sustentado da biodiversidade.

3.4 COMPLEXIDADE TERRITORIAL HARMONIZADA PELA COORDENAÇÃO INTEGRADA DAS AÇÕES

Diferente das duas unidades de conservação anteriores, em que as territorialidades impostas de cima para baixo e de fora para dentro são desconectadas da territorialidade anteriormente construída no cotidiano vivido da sociedade local, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, aparece com uma multiplicidade de territórios de diferentes naturezas e escalas de extensão (local, nacional, internacional) interconectados por meio de uma forma de coordenação integrada.

A superposição das novas dimensões territoriais no sistema territorial local existente se dá de forma harmônica e coerente, na medida em que os atores apresentam interesses e sonhos comuns, havendo comunicação entre os mesmos. O que dá sentido para a vida das populações tradicionais, conforme atenta Guell (1998) é a confiança nos cenários projetados em comum.

A proposta de desenvolvimento mais que social aparece como de natureza societal, assim chamada por Boisier (2002) por ser de caráter construtivista e endógeno. De fato, esse modelo não é imposto de cima para baixo ou de fora para dentro, mas nasce da iniciativa local e de forma compartilhada entre a coletividade tradicional e aquela que se envolve com a causa do lugar.

Por outro lado, à luz das idéias de Ávila (2000), o projeto de implantação da RDS Mamirauá manifesta-se como um típico fenômeno de “desenvolvimento local”, ou ainda de “desenvolvimento territorial”. Ocorre por um processo de rompimento das amarras e abertura a novas possibilidades de manutenção da vida coletiva, aprofundando-se as conexões entre os

¹⁹ A Iniciativa Equatorial é desenvolvida pela Rede Global de Desenvolvimento das Nações Unidas, ligada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Brasil Connects, o governo do Canadá, o Centro Internacional de Pesquisa de Desenvolvimento (IDRC), a União Mundial para a Natureza (UICN), a *Television Trust for the Environment* (TVE) e a Fundação das Nações Unidas.

diferentes atores que aspiram um futuro comum. Paulatinamente, as coletividades tradicionais, pautadas nos próprios potenciais e na incorporação adaptada de novidades externas, aprendendo a diagnosticar, discernir e assumir rumos alternativos, assim como monitorá-los para novas adequações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das três diferentes situações de unidades de conservação com práticas de ecoturismo, pesquisa e educação ambiental, em ambientes naturais diversificados, correlacionadas com as regras de gestão adotada, permitiu algumas inferências com relação à questão feita no início da investigação.

Uma delas diz respeito à conexão/ desconexão entre as territorialidades superpostas na mesma propriedade. A visão paradisíaca da natureza desabitada, como um conceito espacial institucionalizado como regra de Estado influi, de fato, no conteúdo do território construído, especialmente no comportamento dos atores adeptos que constroem as regras de gestão. Como se pôde apreciar existe uma desconectividade aparente dentro da propriedade entre as territorialidades propostas por regras estabelecidas pelo Estado e aquela construída socialmente no cotidiano vivido do lugar, quando os modelos institucionalizados apóiam-se em uma abordagem positivista que defende o equilíbrio dinâmico do ambiente sem a presença humana.

Nesse caso, os nexos entre as territorialidades institucionalizadas pela lei do SNUC e a construída historicamente no lugar são de conflito (no exemplo do PNI) ou então de submissão/ aceitação (no exemplo da RPPN da Fazenda do Rio Negro) e ambos incidem em desterritorialização do modelo anterior.

Isso tem implicado, como se pôde observar nos exemplos do PNI e da RPPN, na condenação ao desaparecimento da cultura territorial construída na anterior forma de apropriação do mesmo ambiente natural de referência. Os erros cometidos anteriormente e geradores de desequilíbrio acabam sendo condenados, sem se procurar o apoio nos acertos construídos ao longo da apropriação territorial precedente. Cria-se, nesse caso, uma lacuna que gera desconexão entre as territorialidades. Não se observou nos exemplos do PNI e da RPPN da Fazenda Rio Negro, o diálogo entre o conhecimento científico aportado das bibliografias pelos gestores e pesquisadores e o saber construído no local. Assim, os conhecimentos anteriores deixaram de ser herdados e reaproveitados nas proposições do novo padrão de ordenamento e comportamento territorial.

A estratégia de educação ambiental torna-se vulnerável, quando se deixa de oportunizar a interatividade do sujeito com o ambiente vivido e desses com seus conhecimentos anteriormente adquiridos. Ela induz à simples aceitação pacífica (e não ativa) dos valores trazidos pelos ambientalistas, de modo que os comportamentos adotados pela população local aparecem como ações reflexas das “verdades científicas” dos educadores

externos. Nesse caso, a tendência é a de se tomar ciência do conhecimento trazido de fora e executar as novas normas de conservação, sem que nesse processo ocorra real conscientização. Esse processo, segundo as teorias construtivistas, nasce de um desenvolvimento crítico de tomada de consciência, fruto da interação do sujeito com o meio e desses com seu conhecimento anterior. As correlações, quando estabelecidas de forma consciente, resultam em uma nova racionalidade que conduz à criatividade e comportamentos mais adequados na superação dos problemas. Em outros termos, é a consciência crítica que conduz o indivíduo ao desejo de sair do envolvimento no mundo da subjetividade social (regras, valores, saberes e comportamentos) para se abrir a novas possibilidades de um padrão de territorialidade que o leve a superar a situação anterior, em moldes sustentáveis.

O exemplo da RDS Mamirauá apontou para esse tipo de conscientização e racionalidade crítica, condutora do desenvolvimento territorial em uma perspectiva de sustentabilidade. Esse processo foi facilitado, como se pôde observar, não só pelo modelo de gestão, como também pela vivência anterior de relações organizativas e de diálogo entre os integrantes das comunidades locais. Nesse caso, não foram as regras institucionais da unidade de conservação trazidas pelo Estado que induziram esse processo. Ao contrário, foram as iniciativas endógenas de organização que deram origem às novas regras acatadas pelo Estado. Nesse caso, as novas situações de equilíbrio dinâmico do ambiente nasceram como frutos de conscientização e de tomadas de decisão coletiva no local. E esse novo padrão organizativo e de comportamento ambiental deu-se no âmbito multidimensional, abrangendo a complexidade constituída pelas diferentes territorialidades que vieram compor o sistema territorial local. As várias territorialidades, por estarem envolvidas pela mesma intencionalidade tornaram-se comunicantes entre si, passando a serem regidas por uma mesma lógica de coerência interna.

Como se pôde apreciar no exemplo da RDS Mamirauá o rompimento das amarras com o envolvimento anterior foi coletivo, interativo e compartilhado. Deu-se de forma endógena e voltada para um futuro comum a todos os territórios superpostos no mesmo ambiente físico de referência dentro da propriedade: o território construído pelas comunidades tradicionais, o território da unidade de conservação e os territórios a estes relacionados (da pesquisa, da educação ambiental e do turismo). Nesse caso, criatividade local tornou possível o uso das potencialidades locais, tanto da dimensão material (recursos naturais e construídos) como imaterial (saberes locais) e, como também tornou mais fácil o diálogo entre esses saberes locais com os saberes codificados (científicos e tecnológicos) extra locais. Com resultados, surgiram conhecimentos novos compartilhados, adaptados às condições locais.

O desenvolvimento da RDS Mamirauá ocorreu por processos de realimentação do saber herdado, combinado a formas mais adequadas de relações sociais e dessas com a natureza, visando adaptar os recursos disponíveis, e mais adequados às novas situações vividas. Ocorreu, portanto, desenvolvimento local.

O exemplo da RDS Mamirauá também foi elucidativo, no sentido de se compreender que a simples presença da coletividade não é condição suficiente para sua ordenação voltada para o diálogo consensuado interno e com organizações externas, que seja capaz de proporcionar o processo de tomada de consciência e ações de desenvolvimento sustentável. No caso da RDS, houve o papel de interlocução realizado pela Igreja e que antecedeu a vinda do cientista e sua equipe. Estes últimos, em realidade, continuaram a interlocução, caracterizando uma etapa de fortalecimento do processo anterior, compartilhando conhecimentos e aprendendo com as populações tradicionais.

Outro aspecto a inferir com os resultados obtidos na pesquisa relaciona-se ao ordenamento territorial proposto por meio do “zoneamento” e sua relação com a idéia de esvaziamento humano e a intenção de reduzir impactos sobre o ambiente natural selvagem. Nos exemplos analisados, esse esvaziamento mostrou-se ilusório, uma vez que a área protegida passou a atrair fluxos de pessoas externas, gerando novos tipos de adensamento no espaço e por linhas de visitação (trilhas terrestres, aquáticas e aéreas). Esses novos indivíduos aparecem, tanto para fazer uso temporário (os ecoturistas), como cotidiano (funcionários do Estado e das empresas concessionárias, pesquisadores e estagiários). Sua permanência é permitida, especialmente na zona de uso intensivo e em menor grau na zona especial e de uso extensivo.

O Parque Nacional de Iguaçu serve de exemplo esclarecedor, nesse caso, quando se verifica a cifra de visitantes anuais, em 2005, que chegou a atingir um milhão de pessoas (média de mais de 2.700 pessoas / dia)²⁰. As empresas concessionárias e o Estado ainda mantêm juntas quase 900 funcionários em caráter permanente dentro do PNI. Vislumbra-se, nesse caso, uma relativa substituição da coletividade local tradicional por uma outra de origem externa. As atividades de atendimento à visitação pública, no caso do PNI tendem a se constituir em grandes negócios, cujo retorno ao desenvolvimento territorial ainda são irrisórios²¹.

²⁰ Esses dados foram apresentados por Gorini et al (2006).

²¹ Os estudos de Gorini et al (2006) apontaram o total de faturamento anual das empresas concessionárias em 41 milhões de reais.

Portanto, verifica-se que nesse novo modelo de ordenação territorial por zonas distintas de uso e ocupação do solo desapareceu a idéia de redistribuição dispersa das pessoas no ambiente. Nela, o sistema ambiental primitivo como um todo, deixa de ser regido pela coerência lógica dada com base na conjunção aleatória de variáveis que buscam relativo estado de equilíbrio dinâmico entre si. Transformam-se, de fato, em um mosaico concêntrico de subsistemas programados antecipadamente e com idéia de previsibilidade, fazendo-se uso de lógicas diferenciadas de presença humana, em função de seu estado atual de conservação natural de cada segmento da unidade. Nesse processo, fortalece-se o uso intensivo de um lado e a intocabilidade de outro.

No caso da RPPN da Fazenda Rio Negro, o modelo de zoneamento da nova territorialidade institucionalizada de área protegida veio substituir a ordem da territorialidade construída pela população tradicional pantaneira, que era de natureza dispersa, com algumas famílias distribuídas entre a sede administrativa da fazenda e os vários “retiros”²² espalhados para manter a criação de caráter extensivo.

A comparação entre as três áreas protegidas permitiu, por final, inferir que a RDS Mamirauá é o modelo institucional de unidade de proteção que apresenta uma abordagem e um conjunto de regras de estratégias conservacionistas que melhor propiciam a interação e sustentabilidade de todos os territórios envolvidos em um mesmo ambiente natural, visto no ângulo do desenvolvimento local.

²² Áreas espalhadas dentro da fazenda e com condições propícias à manutenção de uma parte do rebanho bovino, com instalações para esse fim e moradia da família do peão boiadeiro.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **O Pantanal mato-grossense e a teoria dos refúgios**. Revista Brasileira de Geografia, número especial, t.2, p. 9-57, 1988.
- ALENCAR, J. et alii. Ecologia de mosquitos (Diptera, Culicidae) em áreas do Parque Nacional do Iguaçu, Brasil. **In:** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(4):1107-1116, jul-ago, 2003.
- ANA/ GEF/PNUMA/OEA. **Projeto GEF Pantanal: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai**. Brasília: TDA Desenho& Arte Ltda, 2004.
- AVELAR, A.A. et alii. **Mamíferos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**, Amazonas, Brasil 2005.
- ÀVILA, V. C. Pressupostos para formação educacional em Desenvolvimento Local. **In:** Revista Interações. Campo Grande: UCDB, Vol.1, N. 1, set/2000.
- AYRES, J.M. **As Matas de Várzea do Mamirauá**. MCT-CNPq/PTU, Sociedade Civil Mamirauá. Brasília, DF, 1993.
- BADIN, L, et alii. **Um estudo sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu** Instituto Virtual de Turismo 2003.
- BANDUCCI JR., A. Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na “Nhecolândia” (Corumbá-MS). **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- BOISIER, Sergio. **Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica ?**. Santiago: ILPES/CEPAL, 2002.
- BONASSA, Tania L. Estrada do colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

BURANI, G. F. et alii. **Estudos Iniciais de Planejamento Integrado de Recursos para a RDSM**, Grupo de Energia do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo GEPEA-USP, 2005.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI), Disponível em www.conservation.org.br.. Acesso em 29/04/2005.

DEAN,W. **A ferro e fogo** : a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

EMBRATUR, **Glossário do Turismo (Ecoturismo)**. Disponível em: www.embratur.gov.br/br/glossario/resultado, 2005. Acesso em 17/03/2005.

FAZENDA RIO NEGRO. Disponível em www.fazendarionegro.com.br. Acessos em 15/02/2005 e 29/04/2005.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente – uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

FERNANDES, F. A. G. **Entre histórias e tererés**: o ouvir da literatura pantaneira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FRANCOIS, Charles. *El modelo neuronal de la globalización emergente*. Lima: Instituto Andino de Sistemas. Disponível em <http://www.iasvirtual.net/cereco/globaliz/arfran02.htm>.

GASTAL, Suzana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. **In:** GASTAL, Suzana (Org.) Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre:EDIPUCRS (Coleção Comunicação, 4) , 2001.

GONTIJO (Coord) **A UFMG e a retomada do Projeto Rondon – Ação diagnóstica em Tefé/AM** SIEXBRASIL: 16935 UFMG (IGC/EA/ICB/EO), 2005.

GORINI, Ana P. F. et al. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas**: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 24, p. 171-210, set. 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ (IDS). **Plano de Manejo Mamirauá**. Brasília, 1996.

JORGE, Rogério R. Do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

LE BOURLEGAT, C. A. Território: Noções conceituais: 2000.

LE BOURLEGAT, Cleonice A. Sustentabilidade local. **Palestra** in SIMPAN IV SIMPOSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E ECONÔMICOS DO PANTANAL , novembro de 2004. Disponível em www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/CleoniceBourlegat.PDF. Acessado em 10 de agosto de 2005.

LEFEBVRE, Henri: **A vida cotidiana no mundo moderno**; Ed. Ática, S. Paulo, 1991.

LIMA AYRES, D. & ALENCAR, E. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na área da Estação Ecológica Mamirauá. **Anais** do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Caxambu, MG. Vol. 2, 1993. 353-384.

LIMA, Déborah de Magalhães. O envolvimento de populações humanas em unidades de conservação – A experiência de Mamirauá. **In:** RAMOS, Adriana e CAPOBIANCO, João Paulo (orgs.). Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). ISA: São Paulo, 1996.

MAGALHÃES, N. W. **Conheça o pantanal**. São Paulo: Terragraph: 1992.

MARIANI, M. A. P. Percepção dos turistas e moradores do município de Bonito: o lugar, os sujeitos e o turismo . Artigo extraído da Revista **Turismo Visão e Ação**: Itajaí, UNIVALI, 2002.

MITRAUD, S. **Manual do ecoturismo de base comunitária**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MOESCH, N. M. Turismo: Virtudes e pecados. **In:** GASTAL, Susana (org). Turismo: 9 propostas para um saber – fazer. Porto Alegre: Edipucris: 2000.

MOLINA E., S. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

MORAES, W. V. **Ecoturismo, um bom negócio com a natureza**. Viçosa: Aprenda fácil, 2000.

MOURA, F. N. Pantanal: os dois lados de uma estrada. **Comunicação Social**, UFMS, 2001.

NOGUEIRA, M. **Considerações acerca do conceito de Lugar geográfico: a singularidade socialmente produzida** IGC/UFMG: 2004.

OURIQUES, H. R. **Território e turismo**: uma reflexão inicial. Maringá, Departamento de Geografia Universidade Estadual de Maringá, Vol. 6. nº 2 abr/mai/jun 2002.

PONCE, V. M. **Estudos hidrológicos e ambientais da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal Matogrossense**. Um estudo de referência, San Diego State University, San Diego.

PRADO, F. H. Grupos de Pressão: Teoria e Prática O Caso Foz do Iguaçu Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. **Dissertação** submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2003.

PROENÇA, A. C. **Pantanal: gente, tradição e história**. Campo Grande, UFMS: 1997.

QUEIROZ, H. L. **A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá**. Estudos Avançados 19, 2005.

QUEIROZ, H. L. **Preguiças e Guaribas—os Mamíferos arbóreos do Mamirauá**, Sociedade Civil Mamirauá/MCT-CNPq, Brasil, 1995

REIS, A. F., RIBEIRO, E. C. D., LE BOURLEGAT, C. A. Cultura y territorialidad en la tradición del Pantanal de Corumbá y Ladario en Mato Grosso do Sul (Brasil). **In** Polis-Revista de la Universidad Bolivariana vol. 5 (14), 2006. p. 291-310.

RESENDE, E. K. O Pantanal Matogrossense: Potencialidades e Limitações ao seu uso sustentado. **In: Anais do IV SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS - Vol. V: 113-119. 1998.**

RODRIGUES, E. Biologia da conservação: ciência da crise **In: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 261-272, jul./dez. 2002.

ROBINSON, Mike. **Por um turismo consensual**. O Correio da UNESCO, pp.22-23, set./out., 1999.

RUSCHMANN, D. M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. **In:** RODRIGUES, A. B. (Org.). Turismo e Ambiente – reflexões e propostas: São Paulo: Hucitec, 1999.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XX**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SALAMUNI,R.; SALAMUNI,E.; ROCHA,L.A.; ROCHA,A.L. O Parque Nacional do Iguaçu. **In:** SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS,D.A.; QUEIROZ,E.T.; WINGE,M.; BERBERT-BORN,M. (EDIT.) 1999.Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado na Internet no endereço <http://www.unb.br/>, consulta em 30/05/2006.

SANTOS, M. O retorno do território. **In:** SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. SOUZA, M. A. (Orgs). Território, globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec/ANPUR: 1994.
SNUC,.SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, socialmente produzida IGC/UFGM: 2004.

SCHNEIDER, C.I. Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). **Dissertação** (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001.

SERFATY-GARZON, P. L'appropriation. **In** Dictionnaire Critique de L'habitat et du Logement. Organizado por Marion Segaud, Jacques Brun, Jean-Claude Driant. Paris: Armand Colin, 2003.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **In:** CASTRO, I. E. et alli (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand: 1995, p. 77 – 116.

TURISMO.GOV. Disponível em www.turismo.gov.br, 2006, acesso em 25/05/2006.

VARGAS, Iclea A. de. Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Mato-Grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

ZAVATINI, João Afonso. Dinâmica climática no Mato Grosso do Sul. **In** Geografia, 17 (2), p. 65-91. Rio Claro: Unesp, outubro de 1992.